



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 15 DE ABRIL DE 2024

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Manifestação do público

20601

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 1 DE 53

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Boa tarde a todos. Vamos, formalmente, abrir a 1ª audiência pública do PL 163/2024. Estão presentes as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores da Comissão de Política Urbana: de forma presencial, Silvia da Bancada Feminista e Professor Toninho Vespoli; e de forma *on-line*, Fabio Riva e Arselino Tatto.

Hoje presidirei os trabalhos em substituição ao Presidente, Vereador Rubinho Nunes, que, infelizmente, teve um compromisso, o qual não estava dentro da programação.

Aproveito para cumprimentar todos. Agradeço a presença do ex-Vereador Laércio Benko, grande amigo. Está presente também o Secretário-Executivo de Planejamento e Entregas Prioritárias Fernando Barrancos Chucre. Aliás, Fernando, por gentileza, peço que venha compor a Mesa conosco. (Pausa)

Quero cumprimentar também os Srs.: Bruno D'Abadia, Diretor de Regulação e Novos Negócios da Sabesp; Marcello Xavier Veiga, Assistente Executivo da Sabesp – que estão aqui presentes; e André Salcedo, Presidente da Sabesp – que nos acompanha de forma virtual. Muito obrigado.

Saúdo todos os presentes, a equipe da assessoria, a Procuradora que nos acompanha.

Continuando esse início da 1ª audiência pública do PL 163/2024, vou passar a palavra ao Secretário Fernando Chucre. Durante a apresentação do Secretário, ficam abertas as inscrições, lembrando que os inscritos terão o prazo regimental de três minutos para a manifestação. Encerraremos as inscrições no término da fala do Sr. Secretário.

Tem a palavra, por favor, o Sr. Fernando Chucre.

O SR. FERNANDO BARRANCOS CHUCRE - Obrigado, Presidente Vereador Sidney Cruz; obrigado, Vereadora Silvia e demais Vereadores que estão conosco. Muito obrigado pelo convite e pela oportunidade de representar o Poder Executivo. Cumprimento todos os presentes nesta audiência, representantes da sociedade civil, da Sabesp e também os demais colegas que estão por vídeo.

A minha função aqui, hoje, é um pouco para fornecer o histórico dessa discussão dos

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 2 DE 53

últimos meses, especialmente com relação a qual seria a posição do Município de São Paulo, e também quais foram as negociações feitas com a Sabesp e com o Governo de Estado nos últimos meses, até chegarmos no ponto que estamos atualmente.

Então, é um breve relato para deixar vocês a par, de uma maneira bastante objetiva, quais os ganhos que ocorreram ao longo desses últimos meses nessa negociação feita diretamente com a Sabesp, incluindo a Secretária Natália, a Samanta e o Salcedo e com os demais membros das equipes técnicas, que fizeram essa discussão ao longo dos últimos cinco ou seis meses basicamente.

Tenho uma apresentação rápida, de poucas telas, Vereador, mas vou tentar só contextualizar algo que acho é relevante, que é o marco, o novo marco do saneamento - repito, acho importante -, cuja lógica inverte um pouco o que vinha acontecendo até agora no que tange às questões relativas ao saneamento e especificamente, sobre o entendimento - que considero bastante óbvio para todo mundo - da questão dos sistemas operarem de maneira metropolitana, de maneira regional, por bacia.

Tem várias lógicas que podemos discutir, mas a lógica mais congruente é: municípios, vejam que fica muito fácil vermos, aqui, na região metropolitana de São Paulo, os 39 municípios que compartilham infraestrutura, compartilham reservação de água, compartilham quase tudo, inclusive estações de tratamento de esgoto, e é muito fácil perceber que esses mesmos municípios não teriam condição de fazer gestão autônoma desses equipamentos, como já é feito hoje - a Sabesp já faz isso, de maneira articulada -, então o novo marco regulatório federal reconhece, basicamente, e já institui questões que nós, em São Paulo, já aplicávamos de maneira histórica, via Sabesp.

Isto foi apresentado, houve uma adesão, o Sr. Prefeito optou pela adesão à URAE, que é a Unidade Regional de Abastecimento, há alguns meses e, a partir daí, deu-se início, lembrando que foi uma adesão no sentido conceitual, deu-se início às discussões, pois que ali estávamos interessados em discutir com o Estado e com a Sabesp esse novo modelo.

Iniciamos as condições e, nesse ponto, tem uma questão muito objetiva - e, de novo,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 3 DE 53

acho importante deixar isso registrado, Vereador Sidney – que é uma questão muito objetiva mesmo, qual seja, o marco, ou melhor, o ponto inicial dessa discussão foi a assinatura de um documento que estabeleceu que partiríamos de, no mínimo, todas as condições que estavam, que existiam no contrato vigente. Isso é muito importante dizer, foi uma preocupação do Prefeito garantir, desde o início, no mínimo, as condições que já haviam sido negociadas anteriormente no contrato de 2010, revisado em 2016. Esse foi um ponto relevante para início das negociações.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Secretário, só por gentileza, não quero atrapalhar a apresentação de V.Exa., mas gostaria de registrar a presença do nobre Vereador Ricardo Teixeira, de forma virtual, da Vereadora Sandra Santana e do Vereador Rodrigo Goulart, que também são da Comissão de Política Urbana.

Aproveito para formalizar a abertura dos trabalhos, peço desculpas por não ter dito imediatamente. Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço <https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/>, e também pela Rede Câmara e seu canal no YouTube e Facebook.

Devo destacar ainda que essa audiência vem sendo publicada desde 11 de abril no *Diário Oficial da Cidade*, no jornal *O Estado de S. Paulo* e, em 12 de abril, foi publicada no jornal *Folha de S. Paulo*.

Aproveito este instante, ainda com sua permissão Secretário, para reforçar que as inscrições para pronunciamento foram previamente abertas também no *site* da Câmara Municipal de São Paulo e estão abertas aqui de forma presencial até o término da apresentação do Secretário Executivo, Sr. Fernando Chucre.

Secretário, devolvo-lhe a palavra. Muito obrigado.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, pela ordem, gostaria de registrar minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Registrada a presença do Vereador Fabio Riva. Por favor, Secretário, fique à vontade para prosseguir.

O SR. FERNANDO BARRANCOS CHUCRE – Pois não, prosseguindo, então, a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 4 DE 53

premissa da adesão de São Paulo ao URAE foi - isso é importante, vou repetir - a manutenção de, no mínimo, todas as condições do contrato atual, com relação à qualidade de prestação de serviços, com relação a repasses do Município, e eu vou demonstrar agora na apresentação, de maneira bastante objetiva, o que foi esse processo de negociação.

O Sr. Prefeito sempre teve essa preocupação, Vereador Sidney, Vereadora Silvia, de, no caso, manter as condições, no mínimo, do contrato atual. Perdoem-me por falar várias vezes isso, mas é realmente relevante e importante, pois foi um questionamento colocado diversas vezes pela Imprensa especialmente, mas também por várias entidades da sociedade civil.

Isso posto, iniciamos o processo de negociação. Peço para compartilhar o PowerPoint, por favor, pode ser? Assim, podemos expor em que ponto estamos hoje. (Pausa)

- Orador passa a se referir às imagens.

O SR. FERNANDO BARRANCOS CHUCRE - Vamos lá.

Há uma série de questões que foram negociadas. A primeira questão que está sendo analisada, ainda está em andamento – vi que o nosso Presidente Salcedo estava aqui –, que é com relação aos precatórios.

Vamos lembrar que tentamos, a todo momento, fazer um ajuste nessa discussão dos precatórios e por questões objetivas, com relação especialmente a pontos que envolvem o TJ, o que conseguimos negociar foi um compromisso, no caso da Sabesp, de adesão ao edital dos precatórios da Prefeitura de São Paulo, para os quais, inclusive, fizemos o cálculo e, nesse levantamento, podemos falar em, basicamente, uma redução nos valores devidos do Estado de 3,1 bilhões para 1,2 bilhões na dívida do Município.

Isso é um ganho objetivo com relação ao Município de São Paulo para adesão desse contrato. É uma das vantagens, eu diria, mas é claro que não tem relação direta, porém essa redução entrou no âmbito da negociação do Município com a Sabesp.

A outra questão foi a manutenção e antecipação do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, basicamente, é o que vai para o FMSAI, é um recurso que o Município

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 5 DE 53

se utiliza, principalmente, para atendimento habitacional, produção habitacional, urbanização e também para questões ambientais de maneira geral.

Portanto, considerando a premência e a urgência de obtermos mais recursos para investir, especialmente na área de mananciais, solicitamos uma antecipação de 3% dessa receita no período de 2025 a 2029 e, ainda durante nesse período, continuaríamos recebendo os 4,5% - totalizando 7,5% que temos no contrato atual. Estamos falando em valores de uma antecipação, no momento da adesão, no momento da assinatura desse processo, de 1,24 bilhões, de antecipação para o FMSAI para ser gasto prioritariamente na região dos mananciais com empreendimentos habitacionais e urbanização naquela área.

Outra questão relevante discutida, considerando que haveria uma prorrogação do prazo do contrato vigente, de 2040 para 2060, foi a negociação de uma ampliação do valor do FMSAI repassado ao município; a partir de 2040, de 7,5% para 8% da receita. Eu sempre trago algum valor presente de referência, claro, para a gente entender os ganhos ao longo desse processo. Nós estamos falando de um ganho adicional para o município nesse período de mais 2,5 bilhões de reais de investimento oriundos do FMSAI. A gente tomou cuidado de manter o instrumento, de preservar e de focar na questão dos recursos sempre para o FMSAI, considerando que é um fundo de interesse bastante claro para a sociedade civil de maneira geral e para o Poder Público também na questão de redução de vulnerabilidade e de saneamento.

A gente está falando das duas coisas ao mesmo tempo, porque, repito, a gente está falando de saneamento por meio de implementação ou do reassentamento de famílias em núcleos informais, em conjuntos habitacionais formalizados, com toda a infraestrutura necessária e, conseqüentemente, redução de lançamentos de carga orgânica na represa de Guarapiranga, especialmente onde está a maior parte das obras. É um ganho objetivo de mais 2,5 bilhões.

Esta tela, a meu ver, mostra um outro ganho muito importante. Eu já estive do lado do Estado e do lado do município com relação a recursos para nós. Até 2029 é o período de limite obrigatório para universalização desses gastos. Trata-se não só da manutenção desse recurso, mas da ampliação de 13% para 20% dos investimentos, do resultado de investimentos

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 6 DE 53

da empresa no município para investimentos de interesse em sistemas e infraestrutura. É óbvio que é o principal investimento, mas também em sistemas de interesse do município. Por que eu falo em sistema algumas vezes? Porque, imaginando que lá na frente esse processo vai estar caminhando e que vai haver a gestão de um terceiro privado e não mais do Estado à frente desse processo, esse investimento importante vai destinado ao plano de investimento. Não vou entrar em detalhes hoje, mas é um investimento importante em sistemas que darão condições/transparência para o município, o concessionário e para a sociedade civil de maneira geral para fiscalizarem a execução e os resultados desse contrato com relação não só, claro, à universalização, mas à melhoria da qualidade de prestação de serviços de maneira geral. Sobre isso, eu vou colocar algumas informações mais à frente também. Então, esse é um ganho objetivo no mínimo de 20% até 2029 e, a partir daí, continuariam os 13% que estavam previstos na lei, no contrato vigente.

Esta próxima tela mostra um estudo que foi feito com dados que vieram da Sabesp, da modelagem toda de investimento desse novo contrato, mas que eu acho que não é relevante. Basicamente são quatro grandes ciclos: o primeiro ciclo é de universalização até 2029; o segundo ciclo, que vai de 2030 a 2039, de redução de perdas e na automação do sistema como um todo, sistemas que já citei anteriormente; o terceiro ciclo é de continuação de investimento, de 2040 a 2050, basicamente de perdas, de automação e também de atendimento do crescimento vegetativo da cidade; o quarto e último ciclo vai de 2051 a 2060.

Qual a lógica desse fluxo que nós mostramos anteriormente? Para ficar mais claro, vou citar números objetivos que demonstram o aumento anual de investimentos, considerando o plano de investimento atual da Sabesp, de 1,57 bilhão para 2,35 bilhões ao ano. A lógica desse contrato é tentar aumentar o investimento, que é uma demanda de Prefeitura com a Sabesp juntamente com o Governo do Estado para incrementar em mais de 50% o investimento anual em infraestrutura e sistemas ao longo do período desse contrato, especialmente até 2029, período em que vão ocorrer os maiores investimentos.

Essa lógica é mostrada neste quadro geral por meio do qual podemos enxergar onde

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 7 DE 53

nós vamos chegar com o conjunto desses benefícios considerados anteriormente. Primeiramente, o aumento de investimento objetivo da Sabesp ano a ano, na infraestrutura e na prestação de serviços. Depois, o aumento do FMSAI; lembrando que estamos falando basicamente do aumento de 7,5% para 8%, apesar de estarmos mantendo os 7,5% ao longo de todo esse período de 2041 a 2060, aumento de 8%, resultando em 2,5 bilhões ao final desse período.

Os precatórios, nem coloquei na soma final, porque essa é uma negociação à parte. Mas a gente está falando de um aumento de 38 bilhões para 126 bilhões nos investimentos, mais de 50% de investimento nesse período. Obviamente, o que interessa nesse período que é maior ao que eu estou comparando é que vai haver um aumento objetivo de 50% no investimento anual, considerando o contrato atual como referência na Sabesp. Essa é a informação mais relevante e mais importante que eu tenho a demonstrar.

Para além de outras questões, este é um dos dados mais relevantes: o aumento objetivo de 1,57 bilhões para 2,36 bilhões ao ano, um incremento nos investimentos e na prestação de serviços para esse contrato ao longo dos próximos anos.

Até agora eu falei de valores, mas não foram negociados só valores, mas uma série de itens, que vou comentar rapidamente, que dizem respeito, em um primeiro momento, principalmente à qualidade da prestação de serviço. Essa é a resposta a algumas questões em discussões frequentes no contrato atual com a Sabesp com relação à melhoria de serviços e também a questão de transparência e disponibilização de dados para controle/transparência ao longo do próximo ano. Estamos falando primeiramente daquele documento inicial de manutenção de investimentos mínimos e repasse do contrato atual.

Sobre a URAE, uma questão que foi feita aqui, a resposta objetiva que estamos dando é que, na atual gestão, existiu e continua existindo um comitê geral da URAE, que envolve 374 municípios. Existe também um subcomitê da região metropolitana, o URAE 1, composto por 39 municípios. Inclusive nós acrescentamos, no Anexo de São Paulo, que vai continuar existindo o Comitê Gestor paritário, 50% Estado e 50% Município, com poderes deliberativos em relação

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 8 DE 53

aos investimentos que serão feitos no município. Essa foi a resposta que a gente deu nesse processo de negociação com o Estado, e eu agradeço à Sabesp por ter nos ajudado a entender essa questão. Nós estamos mantendo o Comitê Gestor desses contratos com relação aos investimentos no município de São Paulo.

Sobre o item 3º, “Foco na Recuperação da Qualidade das Águas de Guarapiranga e de Outros Mananciais”, todas as vezes que falamos de aumento de investimentos, estamos nos referindo ao plano de investimentos que existe no contrato atual. Um outro termo, mais abaixo, é a “Atualização do Plano de Saneamento do Município”, serviço já contratado pelo município e que vai definir a maneira mais clara. O Comitê Gestor vai fazer o trabalho juntamente com o Estado, com a Sabesp e com a Arsesp para garantir que esses investimentos sejam prioritários nas regiões de mananciais, especialmente nas questões de saneamento daquela região onde se concentram majoritariamente os problemas do município em relação à qualidade da água da Billings e da Guarapiranga. Por meio da renovação do nosso Plano de Saneamento do Município, vai estar mais claro e de maneira bastante objetiva quais serão esses investimentos.

De maneira geral, o aumento de investimentos em renovação de ativos e sistemas e a questão da área atendível, que também foi uma questão que ficou bastante clara no Anexo 2 de São Paulo, que contempla todo o município de São Paulo, todas as áreas informais de ocupações, as áreas rurais e todas as que possam ser regularizáveis. A exceção são as áreas de risco R4, que são as áreas de deslizamento que não podem ser consolidadas. Todas as demais áreas, incluídas as informais e as ocupações do município de São Paulo, estão contempladas na universalização do saneamento. Fizemos questão de deixar isso bastante claro no contrato.

De novo, eu já falei, mas o Plano Municipal de Saneamento vai ser atualizado, e ele vai servir de base para investimentos para o plano de investimento da URAE. A URAE, 374 municípios; a URAE 1, que é a Região Metropolitana, e do município de São Paulo também. Esse vai ser o documento técnico que está sendo feito pela Prefeitura de São Paulo e que vai embasar esse plano de investimentos.

Outra preocupação que tivemos e que colocamos também um anexo específico lá: a manutenção de parques e de mais espaços abertos da Sabesp, a manutenção desses espaços abertos ao público. Então, todos os parques que a Sabesp tem hoje, ou áreas que estão, inclusive, projetadas para serem parques, vou dar o exemplo do Parque Leopoldina – Orlando Villas-Bôas. A gente está dizendo e colocando no contrato que a gente quer que eles sejam mantidos como parques e áreas verdes e abertos ao público ao longo do período desse contrato. Tem uma cláusula específica com relação à amortização de investimentos, que a gente está fazendo uma observação. A observação principal ali é: garantida a modicidade tarifária, que é que não haja aumentos repentinos, aumentos muito grandes na tarifa.

A gente está colocando isso como uma forma de garantir essa amortização, mas o principal para a gente é garantir que a tarifa agora da Sabesp privada, vamos dizer assim, seja sempre menor do que a curva da tarifa da Sabesp com o plano de investimentos atual. Isso é uma preocupação que a gente teve também para que não haja surpresas com relação a aumentos significativos da tarifa ao longo do processo dos próximos anos do plano de investimento que foi colocado.

Foi criado também, isso é importante, para além do que já existe no contrato atual, uma série de indicadores específicos de monitoramento que o município está colocando para atendimento com relação à cobertura, tratamento de esgoto e outras questões.

Eu vou dar um exemplo bem claro, que está um pouco mais abaixo. Por exemplo, eficiência do tratamento ser considerado pelo esgoto gerado e não pelo coletado. Essa é uma discussão antiga que tem no município com a Sabesp, que está colocada agora objetivamente no nosso Anexo 2, com o anexo da Prefeitura de São Paulo com relação a essa questão.

Mas, então, voltando lá para cima. Outra questão que é um problema também recorrente aqui nas subprefeituras e que eu acho que a população em geral tem reclamado bastante. Nós fizemos um anexo inteiro que trata da questão do reparo de, eventualmente, valas que são feitas para implantação de novas redes ou para manutenção. Isso foi feito em conjunto com a Prefeitura de São Paulo de maneira que estabeleceu critérios técnicos bastante objetivos

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 10 DE 53

e bastante exigentes para que a gente não tenha problemas de retrabalho ou de reclamação com relação à recuperação de valas feitas pela Sabesp, de maneira geral, em São Paulo.

O terceiro item ali, como eu já disse, um sistema investimentos. A gente estabeleceu de maneira bastante clara quais são esses investimentos em sistemas compartilhados de informação para controle e transparência. Solução, outro que também é um problema antigo, o pessoal da Sabesp sabe, e agradeço mais uma vez também, isso foi uma questão que vocês nos atenderam, que é bastante importante é a questão de soluções, de investimento em soluções para lançamentos de esgoto em rede pluvial.

A gente sabe que tem um número muito grande de residências, de indústrias, de comércio que lançam o seu esgoto na rede pluvial, que acabam sendo deslocados, carreados diretamente para córregos na cidade de São Paulo. Então, também, para a gente montar um sistema para mapear isso e conseguir melhorar a eficiência do sistema como um todo, fazendo o enfrentamento dessa questão.

Solução de intermitência no abastecimento de água. Todo mundo, também, é uma matéria constante. Então, dessa forma de a gente colocar os investimentos em sistemas, em monitoramento remoto inclusive, a gente vai poder ter dados. Esses dados vão estar compartilhados em tempo real com a Prefeitura para que a gente possa fiscalizar a melhoria da questão de intermitência no sistema, na pressão do sistema, que é aquela reclamação, trocando em miúdos, é quando, acho que tem muitas reclamações aqui, tem várias pessoas da sociedade civil, falta água à noite no meu bairro, à noite não tem abastecimento, ou não tem pressão suficiente para abastecer minha caixa d'água.

Então, isso também tem um capítulo e está colocado nesse contrato. Soluções para núcleos formais e informais em áreas rurais. E melhoria na regulação e fiscalização dos serviços, através do Conselho Gestor, que vai ter autonomia, inclusive, para propor novos indicadores, novas formas, vamos chamar assim, de fiscalizar, de controlar e de ajudar a sociedade civil, de maneira geral, na melhoria dos serviços. É isso que a gente está falando no final do dia.

Eu acho que acabou a apresentação.

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 11 DE 53

Eu estou dando aqui, é claro, que por trás disso tem uma discussão técnica bastante pesada, vamos chamar assim, que foi muito extensa nos últimos meses. Estou apresentando os eixos gerais, porque eu acho que esse é o objetivo hoje. As questões que foram discutidas ao longo desses últimos meses de discussão e que a gente tentou, de uma certa maneira, cobrir o máximo possível questões que a gente entendeu que poderiam ser melhoradas do contrato anterior.

Acho que é isso, Vereador Sidney. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Quero agradecer pela presença.

Lembrando que esta é a primeira audiência pública com o objetivo de discutir o PL 163/2024, de autoria do Prefeito Ricardo Nunes, que autoriza o Poder Executivo a celebrar contratos, convênios ou quaisquer outros tipos de ajustes necessários, de forma individual, por meio de arranjo regionalizado, visando a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de São Paulo, nas condições que especifica, bem como altera os artigos 10 e 11 e revoga os artigos 1º ao 5º da Lei 14.934, de 18 de junho de 2009.

Foram convidados para esta audiência os Srs.: Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras, que está representado, neste ato, pelo Secretário Executivo Fernando Chucre; Rodrigo Ravena, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Milton Vieira Pinto, Secretário Municipal de Habitação; Alexandre Modonezi, Secretário Municipal das Subprefeituras; Thomaz Toledo, Presidente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, CETESB; André Salcedo, Presidente da Sabesp, que acompanha de forma virtual; Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; Fernando José Martins, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; Florisvaldo Fiorentino Júnior, Defensor Público Geral de São Paulo.

As inscrições foram encerradas.

Quero também registrar a participação, de forma virtual, do Vereador Danilo do Posto de Saúde e a presença da guerreira, aguerrida Vereadora Luna Zarattini, do PT.

Ouvindo atentamente a apresentação do Secretário Executivo, diferentemente do

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 12 DE 53

escopo do PL que chegou a esta Casa, gostaria de contextualizar. Tivemos uma comissão especial de estudos com relação a este tema na Casa, encerramos os trabalhos no mês de fevereiro, encaminhamos recomendações, sugestões ao Executivo, tivemos algumas reuniões, e, hoje, vejo que o Secretário Executivo traz uma devolutiva com alguns avanços que não estavam inseridos no PL. É óbvio que tem alguns pontos que avançamos significativamente.

É óbvio, Secretário, que não conseguimos avançar em todos os pontos até o presente momento, porém, estamos apenas iniciando os debates deste PL na Câmara Municipal. Tenho certeza de que no curso desses debates conseguiremos avançar ainda mais.

Vejo que com relação aos investimentos, passando de 13% para 20%, que era um dos pontos que havíamos mencionado e recomendado no relatório aprovado. Na ocasião, o Presidente desta comissão figurou como relator, juntamente com o Sub-relator Sansão Pereira, do Republicanos, e eu estava como Presidente. Aqui estou presidindo, porém, fui nomeado relator deste projeto, até mesmo para aproveitar toda a bagagem que adquirimos no curso da comissão especial.

Além dos 13%, um dos pontos que me chamou a atenção, passando de 20% nos investimentos, nós temos também uma adesão da Sabesp aos 40% com relação aos precatórios. Isso está em andamento. Existe uma dívida de precatórios com a Sabesp transitada em julgado do município de São Paulo, ou seja, o município tem que arcar com o pagamento, e está em andamento, pelo que foi apresentado aqui e que o senhor acabou de confirmar, a possibilidade de uma adesão e de uma antecipação, um abatimento desta dívida, no valor de 1,2 bilhão de reais.

Vejo ali também um ponto que a antecipação dos 7,5%, uma antecipação de 3% para o FMSAI, que é um avanço, passando no curso do novo contrato até 2029, depois de...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Voltam os 7,5%, a partir de 40 a 60, aumenta para 8%. Também é um avanço, está um pouco distante, um pouquinho distante do que recomendamos, mas também visualizo aí um avanço com relação a este tema.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 14

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 13 DE 53

Eu vou intercalar um inscrito de forma virtual e um inscrito de forma presencial.

Vou passar às inscrições de forma presencial. A primeira inscrita, Mayara Torres, do Gabinete da Cidade, mandato da Deputada Federal Tabata Amaral, por três minutos.

A Vereadora Sílvia também perguntando a respeito dos Vereadores. Quando V.Exa. quiser se inscrever, entre um presencial e um participante virtual, a gente pode também intercalar com os Vereadores, pode ser?

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Pela ordem, Presidente, me inscreva então.

O SR. FABIO RIVA - Fabio Riva também.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Vereadores Toninho, Silvia e Fabio Riva, Líder do Governo.

O SR. CORONEL SALLES – Sr. Presidente, Vereador Coronel Salles, para apontar a presença e acompanhando de forma virtual.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Confirmada a presença e o acompanhamento, de forma virtual, do nobre Vereador Coronel Salles.

Com a palavra, a munícipe Mayara Torres, representando o Gabinete da Deputada Federal Tabata Amaral. (Pausa) Não está presente.

A próxima inscrita de forma presencial, a Srta. Simone Nascimento, Coordenadora Estadual do Movimento Negro Unificado, por três minutos.

A SRA. SIMONE NASCIMENTO – Boa tarde a todas, todos e todes, Vereadores, pessoas presentes. Acho muito importante dizer que hoje começa um processo muito importante para os moradores da cidade de São Paulo, que é o processo das audiências públicas que vão discutir o desastre da privatização da Sabesp na cidade de São Paulo.

Eu quero começar fazendo uma fala de maneira muito objetiva do impacto que tem todas as vezes que a gente privatiza processos públicos no acesso principalmente para a população negra e pobre aqui da cidade de São Paulo, do Estado de São Paulo e do Brasil.

Em 2023, a Sabesp completou 50 anos como uma das empresas que configura uma das melhores empresas de abastecimento de água e saneamento básico no Brasil. O estado de São Paulo deveria estar refletindo como utilizar o exemplo da Sabesp, essa empresa pública, acompanhada da reflexão internacional de desprivatização de fornecimento de água e esgoto, que a antiga Europa percebeu como um desastre no nosso mundo, e pensar como garantir o processo de universalização ao acesso à água e saneamento básico.

A gente sabe o quanto é duvidoso, pela experiência das privatizações no mundo, que alguma empresa que gere lucro pense em garantir acesso àqueles que mais precisam. Hoje há um temor muito grande da população do estado de São Paulo. Não à toa, mais de 50% são contra a privatização da Sabesp, que isso ocorra no nosso estado e agora na nossa cidade.

Com a privatização da Enel, nós vimos, as tarifas aumentaram. Quando a gente pensa no cálculo da cesta básica, do pagamento de água, de luz, de telefone, nós sabemos que aumentar mais uma conta para a população da cidade de São Paulo é levar muitos a não ter o que colocar na mesa para comer.

Por isso, nosso debate é diretamente contrário ao processo de mais empobrecimento da população de São Paulo ao acesso aos seus direitos. No estado de São Paulo, nós vimos o que aconteceu. Houve um grande processo de luta, muita repressão, e é preciso relembrar, porque todos aqui têm memória. A privatização da Sabesp foi aprovada a toque de caixa na Assembleia Legislativa de São Paulo, com bomba de gás e com bala de borracha, desrespeitando várias categorias. Desrespeitando os sindicatos, os estudantes, os usuários, a população de conjunto que se mobilizou.

Atualmente, o pessoal colocou na Justiça para mostrar que é inconstitucional a privatização da Sabesp no estado de São Paulo. E nós sabemos que é nosso papel, e por isso os movimentos sociais estarão em cada audiência para dizer que é impopular. E o Vereador que votar pela privatização da Sabesp na cidade de São Paulo não vai voltar para a Câmara de Vereadores da cidade de São Paulo, uma cidade que tem se colocado contra a privatização da Sabesp, uma cidade que, se preciso for, vai fazer plebiscito de novo.

E digo mais, nós vamos lutar para que, quando for votar nos senhores, vote também, a população tem o direito de votar se é a favor ou contrária à privatização da Sabesp, que não cabe à decisão dos senhores. Cabe à maioria da população dessa cidade, que quer água e saneamento básico como direito universal, como a gente tem caminhado para construir o nosso país.

Tamo junto.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Próxima inscrita, Clareana Cunha, da Minha Sampa. Não está. A próxima inscrita, de forma virtual, Srta. Suelen Matos de Paula. (Pausa). A próxima inscrita, de forma presencial, Sra. Jessica da Mata. Só peço, por gentileza, para os inscritos obedecerem aos três minutos regimentais.

Com a palavra, a Sra. Jessica da Mata.

A SRA. JESSICA DA MATA – Boa tarde a todos e todas, boa tarde Vereadores, boa tarde público, principalmente movimentos sociais que estão aqui hoje para se fazer ouvir a despeito das tentativas do Governo de não nos ouvir, inclusive, com repressão ilegal de pessoas que estavam ali para se manifestar contra essa privatização.

Eu sou a Jessica, eu sou militante do MTST e estou aqui com meus companheiros de movimento para falar sobre essa privatização. A fala vai ser breve porque a verdade é que os paulistanos já falaram, eles são contra a privatização da Sabesp. Isso já está claro em pesquisas e o recado da população é muito claro, de que ninguém quer que a Sabesp seja a Enel da água.

Ninguém quer isso. Esse discurso de que privatiza e daí melhora já caiu por terra na cidade de São Paulo. Tudo que nós temos sofrido, tudo que nós temos sofrido com justamente a Enel, esses apagões, a população ficou esperta e a população percebeu que ela não quer, não quer cair num discurso fácil de que a privatização vai ajudar.

Nós do MTST, que estamos nas periferias e sabemos e convivemos com pessoas que têm dificuldade de acesso à água, acompanhamos não só nas nossas ocupações, mas também em várias, várias comunidades de todas as regiões de São Paulo, a gente sabe que

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 16 DE 53

hoje o principal obstáculo para que a população tenha acesso à água não é a capacidade da empresa Sabesp. É uma administração covarde que não realiza regularização fundiária, que não cumpre a função social da propriedade e que fica onerando a população mais pobre que já tem dificuldade de acesso à moradia digna.

Então, não faz sentido que a gente esteja aqui hoje discutindo a privatização da Sabesp, a adesão do município de São Paulo, enquanto a gente sabe que existe uma ação direta de inconstitucionalidade ainda em trâmite no Supremo Tribunal Federal. Não faz sentido que a gente esteja discutindo isso quando o próprio Tribunal de Contas do Município está questionando a viabilidade econômica dessa privatização.

Não faz sentido, principalmente, que a gente esteja falando sobre isso sem considerar que, mesmo depois de uma privatização que, em tese, promoveria a universalização, a gente sabe que os reais obstáculos para a população pobre hoje não são esses. É uma política excludente que exclui a população mais pobre do seu direito à moradia digna. E o MTST está aqui para dizer que a gente quer ser ouvido e que a gente é contra a privatização da Sabesp.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Quero registrar a presença, a participação de forma virtual, do nobre Vereador Eli Corrêa. A nobre Vereadora Sandra Santana e o Danilo, eu já havia anunciado.

Eu passo a palavra à nobre Vereadora Silvia da Bancada Feminista, para sua fala. Com a palavra, nobre Vereadora.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Obrigada, Presidente. Queria, primeiro, saudar todos os movimentos sociais, sindicatos, movimentos populares e os munícipes, em geral, que vieram hoje participar desta audiência pública.

É muito importante que haja audiências públicas onde o povo se manifeste não só na Câmara Municipal, mas também nos territórios, porque muitas vezes é incompatível esse horário das 5h da tarde para quem está trabalhando poder participar. Nós precisamos de mais audiências públicas nos territórios depois do horário de trabalho e também aos sábados, para

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 18

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 17 DE 53

que o povo possa participar, possa opinar e possa interferir nesse processo da privatização da Sabesp.

Eu queria começar questionando as informações que o Secretário trouxe, porque essas informações não estão no PL, elas não vieram por escrito para nós, Vereadores da Câmara. Então, eu gostaria que essas informações viessem de forma oficial para a Câmara Municipal, porque uma apresentação não pode balizar a nossa atuação aqui, nós precisamos de documentos por escrito. E gostaria de questionar, sim, o processo de privatização da Sabesp, porque não existe nenhuma justificativa para a privatização da Sabesp aqui na cidade de São Paulo.

A Sabesp é uma empresa comprovadamente eficiente, uma empresa lucrativa, inclusive comparando essa empresa com outras empresas privadas do ramo da água e do saneamento no Brasil. Por que privatizar uma empresa que é eficiente e lucrativa? Não existe justificativa.

Em relação às normas atuais do novo marco do saneamento, inclusive, a cidade de São Paulo, pelo contrato que tem com a Sabesp, já tem garantido a questão da cobertura, 100% da cobertura de acesso à água e de acesso ao esgoto, inclusive na zona Sul, Vereador Sidney, a sua região.

Pelo contrato atual da Sabesp tem com o município de São Paulo, pelo aditamento que teve nesse contrato em 2016, já está garantido que vai ter acesso universal à água e ao saneamento até 2029. Então, por que o Município vai entrar numa furada de privatização que não vai garantir essa acessibilidade, que não vai garantir a universalização? Pelo projeto do Governo Estadual, essa universalização é só de 99%, enquanto que, no contrato com o Município, já garante 100%.

Por que nós vamos trocar algo vantajoso por algo que é desvantajoso, por algo que vai ser um prejuízo para a cidade de São Paulo e um prejuízo para a população mais pobre? Inclusive, a população que majoritariamente está concentrada na zona Sul, perto das represas.

Em relação à tarifa, o projeto não garante tarifa mais baixa, não diz qual é a garantia

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 18 DE 53

disso, não diz como vai fazer isso, porque se você está dizendo que vai garantir tarifa mais baixa, você tem que dizer como, e não diz quanto será reduzido e nem por quanto tempo será reduzido. E pelos estudos, por tudo o que a gente está analisando do projeto, há riscos evidentes de que a Sabesp que hoje é uma empresa eficiente, por esta privatização, vai se tornar uma empresa ineficiente. Se não vai aumentar a eficiência, como ela vai garantir que a tarifa será reduzida?

Então, o Município de São Paulo não pode cair nas promessas vazias do Governador Tarcísio, que está querendo empurrar goela abaixo essa privatização. Qual é o interesse de privatizar? São dois. Primeiro, porque acionistas estão de olho nas ações da Sabesp, como a Aegea, que inclusive deu um salto: ela administrava duzentos e tantos municípios e já saltou para mais de 500 municípios no Brasil, ganhando lucratividade com essas privatizações.

Quem está por trás disso? Porque a Aegea, sozinha, não consegue comprar. O Fundo de Investimentos do Sr. Paulo Guedes, que a gente conhece muito bem.

Paulo Guedes foi Ministro da Economia do Bolsonaro, e enriqueceu com as privatizações no Brasil, desde a década de 90, através do seu fundo de investimento.

Não vamos cair, não vamos cair nessa furada de privatizar a água de São Paulo. Não podemos esquecer o exemplo da Enel. O povo não está esquecendo do que a Enel foi capaz de fazer com o Município de São Paulo.

O segundo motivo para a privatização da Sabesp só pode ser um acordo que tem entre o Governador Tarcísio e o Prefeito Ricardo Nunes, para apoiá-lo na campanha eleitoral; porque não há outra explicação para privatizar a Sabesp.

O povo não quer. A pesquisa já mostrou, esta semana, que a maioria da população é contra a privatização da Sabesp; e as audiências públicas desta Casa estão mostrando isso também.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Eu quero fazer um pedido aos nobres Vereadores presentes e aos que acompanham de forma virtual e que farão o uso da palavra: Vamos respeitar o tempo de fala de cinco minutos cada Vereador, uma vez que nós temos 25

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 19 DE 53

pessoas inscritas. Eu acho importante ouvir a população.

Tem a palavra a Sra. Givanilda de Moraes Silva. (Pausa). Próxima inscrita, de forma virtual, Sra. Débora Regina Cardoso.

Tem a palavra a Sra. Clareana Cunha, inscrita de forma virtual. (Pausa)

A SRA. CLAREANA CUNHA – Boa noite a todos os presentes, presencialmente e virtualmente. Eu sou uma das pessoas que não conseguiu participar presencialmente da audiência, justamente por conta dos horários que são impróprios para que os trabalhadores, a população de São Paulo, consigam discutir a privatização da Sabesp. Eu assisti à fala do Secretário e não consigo entender ainda o porquê de privatizar a Sabesp.

A Sabesp é lucrativa, e mais de 50% da população não quer a privatização da Sabesp. Além disso, outros estados e municípios que privatizaram o saneamento tiveram grandes problemas, como: CPIs, a diminuição da qualidade do serviço oferecido.

Então, eu acho que tem muita lógica privatizar algo que é lucrativo, algo que supra a necessidade da população, algo que chega perto das pessoas. A população de São Paulo não quer pagar o mesmo preço que ela pagou pela Enel.

Eu faço parte de uma organização que chama Minha Sampa e a gente está sempre atuando e pesquisando, perguntando para as pessoas o que elas querem para a cidade, e uma das queixas foi o que aconteceu com a Enel.

A Enel é privatizada e vocês podem falar o que tiver para falar, mas isso não se sustenta. Ao redor do mundo, as pessoas estão estatizando, de novo, o serviço de saneamento, então por que fazer isso com a cidade de São Paulo?

A população não quer água mais cara no bolso, ela não quer pagar, ela quer ter o direito de ser ouvida, inclusive, nessas audiências, com esses horários que não são horários em que as pessoas conseguem chegar. Se os Vereadores desta Casa querem discutir uma privatização de algo tão essencial, que seja em horários e locais que as pessoas possam participar da discussão. E levar essa discussão que vocês estão trazendo, os secretários e quem está trazendo através dos documentos e tudo que foi apresentado até aqui, que as pessoas

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 20 DE 53

possam participar. *On-line* é um método, mas não é um método eficiente para todas as pessoas; as pessoas querem estar presentes, querem falar e querem ser ouvidas.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Concluindo, Clareana, por gentileza.

A SRA. CLAREANA CUNHA – Para concluir, eu quero dizer que, principalmente, água mais cara, não. Não somos obrigados a pagar mais caro pela água, já que o mundo inteiro que privatizou paga mais caro por isso.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Muito obrigado, dona Clareana Cunha.

O próximo orador, de forma virtual, é o Sr. Viola, do Movimento Luta de Classes (MLC).

O SR. VIOLA – Boa tarde a todos, a todas e a todes.

Eu fiquei impressionado com a apresentação do subsecretário. Pelo jeito, o que vai resolver as questões de saneamento na cidade de São Paulo é a privatização da Sabesp, assim como o que resolveu o acesso ao transporte foi a privatização do transporte, assim como o que resolveu o problema do acesso à energia elétrica foi a privatização da Eletropaulo, assim como o que resolveu o acesso à telefonia foi a privatização da Telesp, assim como o que resolveu o problema do acesso aos cemitérios foi a privatização dos cemitérios, foi a privatização dos parques da cidade. Parece-me que vivemos em outro mundo. O povo de São Paulo vive num mundo, e a administração pública, a Prefeitura, vive então Nárnia, talvez, em outro lugar, mas não na cidade de São Paulo.

Eu quero dizer que está muito claro o que está acontecendo em cidade de São Paulo. E está claro é que podemos fazer tantas audiências públicas que forem possíveis, mas as elites desta cidade, deste estado, já decidiram o que eles querem da Sabesp. Já está decidido. Por que as audiências públicas estão acontecendo depois da aprovação da CCJ? Isso é uma vergonha. Como é que se faz audiência pública depois que uma das principais comissões do município já aprovou o projeto de lei, que sequer tem as alterações propostas pelo Secretário. É porque já está decidido. E o que vai resolver, o que vai mudar essa decisão, companheiros e

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 21 DE 53

companheiras, quem está no acompanhando, é a mobilização popular.

- Manifestação do público.

O SR. VIOLA – Vamos precisar, no dia 18 de abril, encher este auditório, encher a rua na frente da Câmara, e impedir que continuem essa vergonha que está acontecendo na cidade. É uma vergonha. As elites estão dominando. A Aegea está dominando, Paulo Guedes quer enriquecer. E o que aconteceu e o que é a privatização? Privatização é uma máquina de gerar dinheiro para as elites, às custas do suor e do sangue do trabalhador. É isso que é a privatização. E é por isso que estamos dizendo não à privatização, porque privatizar é crime, é coisa de ladrão, é coisa dessa entidade criminoso liderada pelo Tarcísio, pelo Ricardo Nunes e pelos Vereadores que aprovarem a privatização.

Não, não, não à privatização. Privatizar é crime, é coisa de ladrão!

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Quero aproveitar e registrar a presença da Vereadora Claudete Alves.

Tem a palavra a inscrita Vivian Mendes, da Unidade Popular.

A SRA. VIVIAN MENDES – Boa tarde a todas as pessoas presentes.

Eu sou a Vivian Mendes, Presidenta Estadual da Unidade Popular.

Fui presa na Assembleia Legislativa, me manifestando com o nosso povo contra esse crime que é a privatização da Sabesp no Estado de São Paulo. Foi uma audiência, conforme foi dito antes de mim, fraudulenta, criminoso, aprovada debaixo de bomba, aprovada “embaixo” do sangue de quem está lá naquela galeria, com dignidade, reivindicando o direito ao povo ser ouvido. E mais do que o povo ser ouvido: porque queremos ser ouvidos, exigimos, mas nós queremos que a vontade do povo seja feita nesta cidade, neste estado e neste país. É esse o problema.

Como disse muito bem o Vila antes de mim, o acordo já está feito.

Eu quero saber o que vai acontecer com o resultado dessas audiências públicas, porque o plebiscito popular, onde quase um milhão de paulistas e paulistanos se pronunciaram

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 23

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 22 DE 53

contra as privatizações, os Vereadores estão escondendo e fingindo que isso não aconteceu. Os Vereadores de surdo sobre a pesquisa que sai demonstrando que o povo paulistano é contra as privatizações.

Nós estamos aqui para dizer, e eu estou aqui para representar, sim, a imensa maioria do povo dessa cidade, que é contra a privatização. Não existe nenhuma justificativa, a não ser o interesse de quem dirige este estado e esta cidade, que é o fascismo, que tem uma política econômica, que é lucrar em cima do interesse da classe trabalhadora, da imensa maioria do nosso povo. Esse é o objetivo. E esta Casa, se aprovar a privatização da Sabesp, vai ser conivente com a aplicação de uma política fascista, porque as privatizações significam pior acesso à água potável e saneamento. Todo mundo sabe. As privatizações vão significar aumento das tarifas. E não adianta vir com PowerPoint mostrando que vai ser isso ou aquilo, a verdade já existe. Vamos olhar para o Rio de Janeiro, o que significou a privatização da água; vamos olhar para o resto do mundo. E o povo não vai ser enganado com PowerPoint. Essa é que é a verdade. E a privatização significa também precarização dos trabalhadores, da classe trabalhadora. Então, estamos aqui para defender também os trabalhadores e as trabalhadoras da Sabesp, que deram a sua vida para construir essa empresa.

- Manifestação do público.

A SRA. VIVIAN MENDES – Uma empresa lucrativa pública construída com o meu, com o seu, com o nosso recurso, com o dinheiro do nosso povo. E nós não aceitamos que ela seja entregue para meia dúzia de parasitas que lucram com o suor do nosso povo, correndo. É isso que sacia os interesses da burguesia, dessa elite da nossa cidade, do nosso estado e do nosso país. E mais: interesses internacionais. Nós estamos aqui para defender a autodeterminação do nosso povo, defender a água...

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Concluindo, Sra. Vivian, por gentileza.

A SRA. VIVIAN MENDES – Vou concluir.

Defender a água pública, defender o acesso à água, é defender a autodeterminação do nosso povo. Existem interesses internacionais na venda da água. Este recurso natural é o

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 23 DE 53

motivo da próxima guerra mundial. Estamos aqui para defender a vida do nosso povo. E por isso vamos lutar até o último dia, porque não vai ser uma prisão de Tarcísio que vai me intimidar e nem intimidar ninguém deste plenário, e muito mais gente que está disposta a ir para a rua para defender uma Sabesp pública, de qualidade e para todos nós.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Muito obrigado, Sra. Vivian.

A próxima inscrita é a Sra. Aline dos Santos Costa, que fará a participação de forma virtual. (Pausa)

O próximo inscrito é o Sr. Marcos Paulo de Aguiar. (Pausa)

O próximo inscrito, de forma virtual, é a Sra. Alice Miranda Ribeiro Costa. (Pausa)

Passo à inscrição, de forma presencial, da ex-Vereadora Claudete Alves.

Três minutos, Vereadora, por gentileza.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Boa tarde.

Cumprimento as duas mulheres presentes à mesa, todas e todos aqui presentes.

Recentemente, o Prefeito Ricardo Nunes, na greve dos professores, da educação, pediu para que nós tivéssemos bom senso. E aí eu quero, desta tribuna, Vereadora Luna, dizer que o Prefeito é que não tem bom senso, porque está descarado que acelerar a tramitação deste projeto na Câmara Municipal tem a ver com o 6 de outubro, tem a ver com uma falta de bom senso entre governantes.

E aí, rapidamente, eu quero dizer que eu concordo com toda as falas anteriores; mas eu queria chamar atenção, e eu fiquei muito feliz ao ver o Vereador Benko aqui, que em 2014 fez uma CPI e eu acho que vai falar com muito bom senso, o bom senso que o Prefeito não teve. Mas eu queria dizer que esta Casa - acreditem vocês -, em alguns momentos da história, teve bom senso. Em 2003, Vereadora Silvia, Vereadora Luna, eu participei de uma Comissão do Passivo Ambiental, em que a gente foi verificar o aquífero da nossa cidade. E, obviamente, tivemos que nos ater à questão da Sabesp.

O que a gente percebeu, naquela época, naqueles estudos - e que me parece que

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 25

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 24 DE 53

não mudou - mais de 65% das taxas, Sr. Secretário, cobradas no Município de São Paulo, servem para atender a todo o Estado, não é isso? Enquanto nós que pagamos mais, contribuímos com 65%, ainda não temos, por exemplo, o serviço de esgotamento sanitário adequado. Mas não é por isso que tem que privatizar.

Separei aqui, muito rapidamente, que me chamou a atenção, e tem uma fala recorrente dos defensores, Sr. Presidente, que defende a privatização da Sabesp, dizendo que, “em conseguindo, a tarifa vai diminuir”. É claro, isso é um golpe. Mais um dos golpes que os grupos costumeiros, que têm uma verdadeira, sei lá..., por privatização, fazem.

O grupo que privatizou a água na cidade do Rio de Janeiro - onde o Governador também deve ter ajudado - é o mesmo grupo agora que acelerou e deu okay na CCJ.

Privatizar é vender algo que é essencial à vida da população.

Não é de bom senso, Sr. Presidente, que o Prefeito, pensando que vai continuar administrando a nossa cidade, por acordo com o Governador, faça de afogadilho esse absurdo para a cidade de São Paulo.

Então, nós já falamos que não! Nós não queremos que vendam a nossa água. Sabe por quê? Lá no Rio de Janeiro, em outros lugares, e eu vou concluir, que privatizaram com a mesma proposta, com as mesmas justificativas, senhores e senhoras, a população toma água com cocô, com excesso de coliformes fecais. Porque as empresas que pegam – eu vou concluir –, a concessão, visam lucros, investem menos.

Queria falar, para finalizar, Sr. Presidente, sobre tarifa e bom senso. É claro que eles poderão, por um, dois anos, até abaixarem a tarifa. Sabem por quê? Vou concluir, devido à solidez financeira da empresa que administra. Então, em 2003, nós dissemos não; em 2014, dissemos não; agora a população da cidade de São Paulo disse não!

Para concluir, definitivamente, Sr. Presidente, o Governador, quando dos embates na Assembleia, disse: “todo mundo sabia que eu ia privatizar”. Ganhou quem disse que iria privatizar. A cidade de São Paulo não votou neste Governador que, agora, ofertando o apoio ao Prefeito, quer privatizar. Então, respeitem a população.

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 25 DE 53

Nós não queremos água de cocô na nossa cidade! Não à privatização! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Muito obrigado à ex-Vereadora Claudete Alves.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – A próxima oradora, de forma presencial, Sheyla Mendes, do Sedin.

A SRA. SHEYLA MENDES - Boa tarde a todos e todas.

É muito bom ver, infelizmente, em pequeno número, os trabalhadores, porque os trabalhadores, uma hora dessa, estão saindo dos seus locais de trabalho ainda ou ainda estão nos seus locais de trabalho.

Então, primeiro, já quero deixar aqui o repúdio do Sedin, um sindicato de educadores da infância, e a gente sabe o quanto a população precisa desse trabalho, desses movimentos, e precisa também ser ouvido nesta Casa.

É uma vergonha se colocar uma audiência pública às cinco horas da tarde. Para que público? Para qual público? Para quem? Para fazer de conta? Aliás, a audiência pública nesta Casa tem sido para fazer de conta há um tempinho já. Nós estivemos aqui, numa greve, e também, nada. Faz de conta só. Não se escuta a população, e a população é quem paga. É quem mais paga. E a população mais pobre é quem mais paga.

Nós vamos continuar com esse processo até quando? Eu vou dizer até quando. A minha companheira de trabalho, Claudete Alves, disse, na greve, e nós vamos repetir aqui, que eles vão continuar com isso somente até 31 de dezembro de 2024, que é a data que este Prefeito tem para ficar nessa cidade de São Paulo. É só até 31 de dezembro de 2024. (Palmas)

É um trabalho nosso, enquanto população, enquanto movimentos sindicais, enquanto movimentos populares, conversarmos com a nossa comunidade. Porque no papel tudo é muito bonito, na televisão tudo é muito bonito, a Prefeitura faz, que propaganda ridícula, a Prefeitura faz tudo o que o cidadão precisa, a Prefeitura faz.

Então, vamos conversar com a população, vamos conversar com a nossa comunidade, e contem com os professores da rede municipal de ensino, para conversar com

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 26 DE 53

cada pai, com cada mãe, com cada responsável, para mostrar que vergonha é essa, nós temos a comunidade, tête-à-tête, nós não precisamos de mídia, nós não precisamos de televisão, nós temos os pais, as mães, os responsáveis. Nós temos a comunidade do nosso lado.

Nós podemos conversar e mostrar que esta Câmara também não ouve a população. Está na hora de mexer nisso aqui e tirar quem não escuta a população. Está na hora de fazer uma faxina nesse lugar.

Concluindo: todos os movimentos sindicais, os sindicatos, contem com o Sedin, com os professores da educação infantil da rede de São Paulo, que nós vamos lutar com todos contra essa privatização que é uma vergonha e é politicagem, é acordo, sim! Para a reeleição que não vai acontecer!

Em 31 de dezembro de 2024, um beijo para Ricardo Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – A próxima oradora, de forma virtual, Alice Miranda Ribeiro Costa (Pausa). A próxima oradora, Miriam Oliveira (Pausa). E a próxima e última oradora inscrita, de forma virtual, é a Dona Regiane Maria.

A Sra. Mayara Torres está presente? (Pausa) Eu vou inseri-la como última inscrita, de forma presencial, porque estava na lista virtual. Chamei V.Sa., não sei se estava presente, enfim. Mas eu vou dar oportunidade de manifestação porque esta é a ideia das audiências públicas desta Casa.

Antes, vou passar a palavra para a nobre Vereadora, Luna Zarattini, por cinco minutos. Tem a palavra, nobre Vereadora.

A SRA. LUNA ZARATTINI - Boa tarde a todos e todas. Boa tarde a todo mundo que está participando desta audiência pública, aos movimentos sociais, a todos aqueles e aquelas que estão fazendo uma luta em defesa da água, um direito de todos nós paulistanos.

Eu queria começar dizendo algo porque é um filme repetido que tem acontecido na nossa cidade. É a tentativa de minar a participação popular, a participação social, a participação do povo. E por que estou dizendo isso? Porque é preciso que nós repetimos, ainda mais vezes, que todos os processos que envolvem a discussão de bens públicos, de direitos na nossa

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 27 DE 53

Cidade, têm acontecido sem a participação popular. Vimos esse filme, por exemplo, no Plano Diretor Estratégico, onde as audiências, também num primeiro início, foram feitas em dias de semana, no Centro de São Paulo, em horários que não eram possíveis para a população participar. Nós tentamos ampliar as audiências, mas o processo foi judicializado. E esse processo insiste em acontecer com a ausência de participação popular. Fica uma pergunta: por que a Prefeitura de São Paulo tem medo do povo? Por que a Prefeitura de São Paulo tem medo de dialogar com as pessoas?

- Manifestação do público.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Com a participação popular, nós, da Oposição, protocolamos um plebiscito oficial, que eu espero que os nobres Vereadores, nossos Colegas, nos acompanhem, porque se nós representamos a população, para representá-la nós precisamos da escuta ativa da população. Por que não fazer um plebiscito oficial para sabermos se a população quer ou não a privatização da água? Plebiscito já!

- Manifestação do público.

A SRA. LUNA ZARATTINI - Obrigada, gente. E por que não se coloca um plebiscito, sendo que temos uma pesquisa que registra que a maioria das pessoas é contra a privatização? E aí nós vamos vendo os absurdos acontecendo. Por exemplo, a adesão à URAE foi sem a autorização legislativa. Então, está sendo discutida na Justiça através de ações, acionamos a Justiça, a Oposição acionou a Justiça. Gente, essa adesão pode até responsabilizar o Prefeito por atos de improbidade administrativa, por violação. Então por que todo esse processo é de forma açodada? Ainda mais à URAE, porque ela renuncia à autonomia municipal. Então a Prefeitura está sendo contra a própria Prefeitura. É algo incompreensível, é algo inaceitável, é algo que temos de questionar.

Sobre a universalização da tarifa, a Vereadora Silvia já falou sobre isso. Dentro da Sabesp já existe a garantia da universalização da rede em 2029. Então esse não é um argumento que pode ser usado para privatização.

A questão das tarifas, o contrato divulgado pelo Estado afirma que as tarifas vão ser

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 29

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 28 DE 53

revistas anualmente, mas o conselho de orientação não é deliberativo. Ou seja, gente, é uma mentira que vamos ter redução das tarifas para sempre na Sabesp. Elas podem ser reduzidas agora, no ano eleitoral, depois não há garantia. O município de São Paulo não vai ter qualquer atuação sobre a regularização da Sabesp, ou seja, estamos tirando do Estado, da mão do povo, a garantia da regularização das tarifas, passando para a iniciativa privada, passando para outros entes. Então temos uma grande dificuldade quanto a nisso.

Esses argumentos estão sendo colocados em xeque, devem ser colocados em xeque, porque não adianta estar no PowerPoint, precisamos ver a longo prazo. Não há garantia de que vai ter diminuição da tarifa. Aliás, as tarifas da Sabesp são as menores de todo o Brasil, são as mais baixas de todo o Brasil. Para não dizer que a Sabesp é uma empresa não só superavitária, como também tem um sistema de subsídio cruzado, que é muito importante para garantirmos saneamento também para os outros municípios do Estado. Ou seja, por conta de toda a estrutura da Sabesp, temos no Estado de São Paulo, nos 310 municípios que a Sabesp atua, a garantia de tudo isso.

Eu quero saber, porque é importante que busquemos ter audiências públicas, busquemos ter esse processo nas outras câmaras municipais, porque o que está acontecendo agora é o Governador Tarcísio enganando os prefeitos, enganando a população justamente porque quem vai ter de arcar com os subsídios, quem vai ter de arcar com tudo isso, ou vai ser o Estado, ou não vai haver. Então é muito sério.

Para não dizer - e aí também terminando a minha fala - que já estamos vendo o futuro da Sabesp. O futuro da Sabesp é o presente da Enel. Eu faço parte da CPI da Enel, os serviços são de má qualidade, não há entrega, as pessoas ficam ligando, ligando, sem parar, e as pessoas não vão ser ressarcidas porque é algo que a Enel deveria garantir, que é a distribuição de energia. Nós estamos buscando ressarcimento para as pessoas, mas não temos diálogo com uma empresa que não está entregando o seu serviço para a população. Podemos até ficar sem luz, mas quero ver ficarmos sem água na nossa cidade.

Então a Enel é o futuro da Sabesp.

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 29 DE 53

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Vereadora, concluindo, já passaram os três minutos.

A SRA. LUNA ZARATTINI - Concluindo, a única explicação - e essa é a última frase que vou dizer - é troca de apoio político para as eleições deste ano, e não acho que a nossa água vale essa troca de apoio político. Vamos seguir resistindo contra a privatização da Sabesp.

Obrigada, Presidente.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Muito obrigado, Vereadora Luna Zarattini.

Passo a palavra para o nobre Vereador Fabio Riva, que fará sua fala de forma virtual.

- Manifestação do público.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, senhoras e senhores, infelizmente eu não estou presencialmente, mas queria começar a falar sobre participação de forma virtual. Hoje, tanto eu, como também a Clareana, nós estamos validando o processo de participação de forma virtual. Então quando nós adotamos na Câmara Municipal, no início da pandemia, a possibilidade de as pessoas poderem participar de forma virtual, nós ampliamos o debate. Mas isso eu quero debater nas próximas audiências públicas, porque é melhor presencialmente, eu gosto de olhar nos olhos das pessoas. Então, queria só fazer essa ressalva com referência à participação das pessoas nas audiências públicas de forma virtual, validando o processo legislativo.

O segundo aspecto é parabenizar o Secretário Fernando Chucre, que é experiente, já esteve à frente da pasta da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado, conhece muito bem a parte de saneamento. Tem-se debruçado, a pedido do Prefeito Ricardo Nunes, quando do início da discussão do processo na Assembleia Legislativa, o que nos mostra esses números, esses dados. E eu posso respeitar a posição contrária, mas discordo das falas que me antecederam, todas alinhadas, com cunho político, direcionadas, ideológicas, eu sempre respeitei e vou continuar respeitando, mas precisamos ampliar o debate.

- Manifestação do público.

O SR. FABIO RIVA - Para finalizar, eu estarei nas próximas audiências públicas -

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 30 DE 53

não precisam gritar, eu vou estar pessoalmente nas próximas audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Eu peço, por gentileza, da mesma forma que todos os inscritos tiveram o direito de usar o microfone, fazer a sua fala e foram ouvidos, eu peço, por gentileza, que usem a mesma régua com o Líder do Governo. Riva, com a palavra.

O SR. FABIO RIVA - Muito obrigado. Quero dizer que nas próximas eu estarei aí pessoalmente, eu nunca fugi do debate, sou um cara do diálogo, mas temos de pontuar algumas coisas, é importante as pessoas saberem ouvir. Falar de alinhamento político, de troca, precisamos, inclusive, mostrar para a sociedade o quanto a Câmara Municipal tem de responsabilidade, uma grande responsabilidade nesta discussão, nas audiências públicas. Então, por isso que os dados, os números, são importantes para mostrarmos para a sociedade.

A grande maioria sabe que eu sou de movimento de moradia. Vi uma colega do movimento de moradia, a nossa luta é a mesma, ideologicamente contrária, mas eu respeito e sei o quanto, muitas vezes, precisamos lutar para que a infraestrutura, ou melhor, o saneamento básico, a água e esgoto, chegue nas comunidades mais periféricas. Eu conheço muito bem essa realidade, por isso nós vamos ter um debate muito grande com referência à parte de investimentos e antecipação de investimentos por conta da privatização.

Então, Sr. Presidente, só queria fazer esse apontamento, parabenizar pelos trabalhos, agradecer a todos pela fala. Fiz várias anotações para que possamos voltar de forma presencial, fazermos o bom debate, que é rigor nesta Câmara Municipal de São Paulo.

Quero agradecer ao Prefeito Ricardo Nunes, ao Secretário Chucre e aos Vereadores que têm a coragem de estar aqui e fazerem esse debate de forma aberta e transparente.

Muito obrigado.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Muito obrigado, Líder do Governo, Vereador Fabio Riva.

Eu gostaria de pedir a compreensão dos demais inscritos. Há um pedido na mesa de antecipação da fala da Dra. Camila Watanabe, que é defensora pública do Estado de São Paulo.

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 31 DE 53

Dra. Camila, com a palavra por três minutos.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Fique à vontade, doutora.

A SRA. CAMILA WATANABE - Boa tarde, todas e todos. O meu nome é Camila Watanabe, eu sou defensora pública do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Gostaria de saudar todas as pessoas presentes, colocar a Defensoria Pública à disposição para a participação nesses debates.

Nós entendemos, por parte da Defensoria Pública, que é fundamental a participação popular em todas as etapas não apenas desse procedimento, mas também no futuro, a partir da eventual execução, por meio da constituição de comissões que também participem das políticas tarifárias. É importante garantir a efetiva participação popular, não apenas a título de oitiva de momento de manifestação, quando essas manifestações não são consideradas. Nós estamos em um momento sensível em que há um grande apelo popular, com ponderações que precisam de um posicionamento, de uma análise e de uma efetiva resposta à sociedade. Então entendemos, por parte da Defensoria Pública, que é preciso que haja um posicionamento a partir de todas as considerações que estão sendo trazidas aqui.

Nossa grande preocupação, do ponto de vista da atividade do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo, é relacionada à universalização. Tanto no projeto de lei, no âmbito estadual, quanto nesse projeto de lei, essa preocupação é algo que tem ecoado em várias manifestações, justamente porque, neste momento, nós não temos uma política pública efetiva que garanta que a universalização seja prioritária. O que temos hoje de cenário é um contexto em que há uma busca do equilíbrio econômico-financeiro e, nesse sentido, o que é um serviço público essencial à sadia qualidade de vida, que é o acesso aos recursos hídricos, o acesso à água deixa de ser considerado efetivamente como um caráter prioritário, de prestação de um serviço público em caráter universal, para passar a ser considerado ali um bem de consumo exclusivamente.

Isso é bem preocupante do ponto de vista de políticas públicas estruturantes. E é

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 32 DE 53

nesse sentido que nos manifestamos, entendendo com preocupação esse processo e considerando, inclusive, que não há, neste momento, garantias efetivas de fontes de receita de caráter permanente que assegurem que a universalização seja a meta a ser alcançada. Até porque a universalização não é uma das condicionantes do poder de veto que o Estado pode exercer, com base nas *golden shares*, nos poderes de veto das ações que permaneceriam em poder do Estado, como uma das políticas que pode ter um direcionamento, a partir da concessão dessa atividade, à iniciativa privada.

Então vemos com preocupação esse processo, entendemos que é importante a efetiva participação popular não apenas nesta Casa Legislativa, mas também em todos os outros espaços, dentro da execução e do acompanhamento dessa política pública, e considerando também a necessidade de fomentar e incluir nessa tramitação mecanismos que garantam a participação popular em todos os momentos. É por meio desse controle social que é possível pensar efetivamente uma política pública voltada à universalização de um serviço público que tem caráter essencial.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Muito obrigado, Dra. Camila.

Queria reforçar que, para dar mais transparência e facilitar a participação da população, a Rede Câmara está lançando hoje o *hotsite* Debate Sabesp...

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Eu vou esperar e respeitar a manifestação, e agora eu vou falar aqui e reforçar.

Para dar mais transparência e facilitar a participação da população, a Rede Câmara está lançando hoje o *hotsite* Debate Sabesp, um espaço com todas as informações sobre o processo, calendário de audiências públicas, vídeos com audiências realizadas, o projeto de lei, o relatório da Comissão de Estudos e formulário eletrônico para que a população possa participar em qualquer momento, de qualquer lugar. O endereço é saopaulo.sp.leg.br/debatesabesp.

Próximo orador, nobre Vereador Toninho Vespoli, do PSOL. Tem a palavra por cinco

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 33 DE 53

minutos, Vereador.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI - Boa tarde a todas e todos. Queria cumprimentar aqui o MTST, o pessoal da UP, o pessoal do Sintaema, o Sedin e as outras organizações que eu não estou enxergando mais direito, por causa da idade, então não estou vendo o nome de todas. Mas queria também cumprimentar a Claudete Alves, o Laércio Benko. Queria cumprimentar, em nome do Presidente Sidney Cruz, todas e todos, o Secretário Fernando.

Inclusive, Secretário Fernando, tenho muita estima pela sua trajetória. O que eu vou falar aqui eu acho que é para o Governo. Não gostaria de falar isso para a V.Exa., mas, como você está aqui representando...

Bom, uma coisa que eu acho que é premente discutir, antes de tudo, é a participação popular. Um PL de tamanha envergadura não dá para a gente falar assim, meio toque de caixa, vamos fazer algumas audiências públicas, e vamos fazer rapidinho, uma atropelada atrás da outra. E aí não dá tempo de chegar na população essa discussão, e aí tenta-se votar isso no começo de maio.

Eu participo da CCJ, não participo desta Comissão de Política Urbana, e na CCJ a gente fez apelo, o Vereador Alessandro Guedes fez um requerimento, foi derrotado. Depois eu fiz outro, foi derrotado, que era para ter uma audiência pública na CCJ. Por que uma audiência pública na CCJ? Porque as URAEs estão sendo questionadas na Justiça.

O Governador já começou, do meu ponto de vista, inconstitucionalmente na Assembleia, porque ele vai lá e pega uma empresa para fazer um estudo se a Sabesp vai ser privatizada ou não, mas o contrato com a empresa é assim: se vocês falarem que não é bom ser privatizado, vocês ganham oito, mas se o relatório falar que tem que ser privatizado, vocês ganham 45. Que negócio é esse? O processo todo já começou viciado, viciado, porque a empresa ia ganhar muito mais se ela apontasse que o estudo tinha que ser privatizado, a Sabesp. E aí foi aquele modo atropelado.

Aqui na cidade de São Paulo, o Prefeito, o Governador fez a lei que os prefeitos

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 34 DE 53

deveriam aderir ou não às URAEs. A Prefeitura Municipal de São Paulo, a princípio, não aderiu. Então eu gostaria de saber do Governo por que não aderiu naquela época? Porque, para mim, não tem muito o que pensar. Bastou depois que o Prefeito foi conversar com o Governador e foi discutir eleição. Vamos ser claros: foi discutir eleição. E aí se amarrou o apoio do Governador ao Prefeito.

Aí duas coisas aconteceram logo em seguida. O Governador faz uma normativa para prorrogar as adesões das URAEs, aí o Prefeito vai lá e assina, adere. E para mim já é uma outra inconstitucionalidade, porque é o próprio Tribunal de Contas do Município que está falando. Não é a gente, partido, não é a Oposição, é o Tribunal de Contas do Município que fala que teria de ter o aval da Câmara Municipal para o Prefeito ir lá e aderir às URAEs. Então não tem como, por mais que a gente seja inocente, está na cara que o que foi vendido, para o Prefeito ter o apoio do Governador, foi a privatização da Sabesp.

E mais ainda, não só da Sabesp, mas também a municipalização de algumas unidades escolares estaduais, porque qualquer prefeito que vai assumir escola do Estado não tem nenhum repasse do Estado, nenhuma contrapartida do Estado para o Município assumir o ônus daquele orçamento. Então, assim, a gente vê as coisas e a gente é macaco velho. Estou na militância faz tempo, assim como todo mundo aqui, por isso se percebe que essa não é uma boa metodologia.

Eu não falo porque é questão política, porque para mim isso não é política, mas é politicagem. Isso aí é politicagem de baixo calão. É o Governador atendendo aos interesses do setor que quer ganhar muito dinheiro, e vem Paulo Guedes também querendo entrar na jogada, e aí pronto.

Então, se faz o acordo e se dá uma empresa que tem lucro, que tem profissionais qualificados, porque o que vai acontecer com a Sabesp é o que aconteceu com a Enel. Vê a rede da Enel que, inclusive, logo, logo está para acabar o contrato. Vá conversar com o sindicato, a rede da Enel está toda sucateada. Por quê? Porque também se eles não assumirem o contrato novamente, está tudo sucateado. Deixa aí para o estado agora tomar conta. E isso que é

privatização?

Privatização também é o que aconteceu aqui com o serviço funerário. Inclusive, é na própria base do Governo onde chegaram mais denúncias de que as pessoas não estão conseguindo pagar. O que está sendo oferecido, logo de inicial para eles, é sepultamento de quatro, cinco mil reais.

Também o que aconteceu com a Linha Amarela, que é privatizada, mas garante que, caso a empresa tenha prejuízo, o estado dá o aporte financeiro. Chegou perto de um bilhão dado para as empresas da Linha Amarela. É o que acontece com a Enel. Privatização é isso: serviço de má qualidade, caro para o povo.

Só que tem uma coisa que eu falo para as pessoas, para os Vereadores, inclusive, os da base, que mandato passa, dignidade não. Porque aqui, agora, pode estourar lá com a questão da privatização da Sabesp daqui a 10, 12 anos.

Mas nós, os nossos filhos, os nossos netos moram nesta cidade. A gente quer uma cidade para todos e para todas. Não dá para transformar nessa cidade. O estado tem que servir para ser o regulador das relações sociais.

O estado aqui, o ente federado, não pode servir para só atender os interesses do capital. Aí não dá, aí é brincadeira. Porque o que eu vejo, muitas vezes, que é validar os acordos escusos que o Executivo faz com o setor empresarial.

Veja o que aconteceu no Plano Diretor.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Conclusão, Vereador.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Veja, veja, eu vou falar o que eu falei na CCJ, Vereador Sidney Cruz. Eu estava aqui na discussão com as antenas. O Governo chegava também com um monte de informações na projeção.

E o pessoal falava que se aprovassem aquele negócio, não teria pacote de dados na periferia. Tem escola e UBS que não têm pacote de dados na zona Sul. Aprovou em 2021, mas olha aí como que está a questão do pacote de dados. As pessoas não têm acesso à internet.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Vereador, por gentileza, oito minutos.

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 36 DE 53

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Então, é isso, são os interesses do capital somente.

Eu não estou falando que as pessoas não devem ter lucro se estiverem no sistema capitalista. Mas aqui não dá para fazer o jogo que se faz só para atender o interesse do capital, a gente aqui depois paga a conta desse negócio.

E parabéns aos servidores da Sabesp, porque são servidores de alto nível. E vai acontecer igual a Enel, que é pegar qualquer pessoal aí, depois dão um cursinho básico. As nossas redes, infelizmente, estão aí para mostrar o que acontece com esse pessoal de mão de obra de má qualidade. Não é culpa deles, mas são os que estão aí.

Então, parabéns aos servidores da Sabesp.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – O próximo orador é o Sr. José Antonio Faggian, do Sindicato Sintaema. Com a palavra, por três minutos.

O SR. JOÃO JORGE – Registre a presença do Vereador João Jorge, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Antes de iniciar a fala do senhor, eu gostaria de registrar a presença do Vereador Celso Giannazi, do PSOL.

Com a palavra, José Antonio Faggian, por três minutos.

O SR. JOSÉ ANTONIO FAGGIAN - Boa tarde, boa noite já, a todos e a todas. Quero saudar os Vereadores, todos os movimentos sociais, movimento sindical, especialmente o movimento social, que compreendeu que essa luta da privatização da Sabesp não é uma luta só dos trabalhadores da Sabesp, mas que é fundamental para o povo de São Paulo.

Eu quero começar dizendo que a gente tem feito esse debate, de maneira mais intensiva, há pelo menos um ano e meio, com dados concretos, dados econômicos, dados técnicos. Então, nesse sentido, uma posição ideológica é a do Governo que, apesar desses dados provarem que privatizar a Sabesp é um péssimo negócio para o povo de São Paulo, se mantém numa posição ideológica para avalizar um projeto de estado mínimo do Governo do Estado. Segunda coisa, a Enel tem sido muito utilizada aqui como parâmetro.

E um dos principais problemas da Enel, de não dar conta de responder às catástrofes quando acontecem, é justamente a diminuição do quadro de trabalhadores. Infelizmente, o Governo do Estado trouxe uma direção para a Sabesp que hoje implementa um projeto de redução de quadros.

Nos últimos dois anos, a gente perdeu quase dois mil trabalhadores. Então, é verdade, sim, que a Sabesp caminha para ser uma Enel, se a gente não tiver uma reversão imediata desse processo de sucateamento da nossa empresa e de implantação desse projeto.

Uma outra questão que também é utilizada a Enel como parâmetro, vocês vão se lembrar que um dos argumentos para se privatizar a Enel era justamente a empresa da época que comprou de enterrar os fios, mas isso foi passando por várias outras empresas. Isso estava numa proposta, num PowerPoint como este, e isso não estava escrito em lugar nenhum, e se perdeu, onde está? Será que esse PowerPoint é a mesma situação? Nós precisamos esclarecer isso.

Outra questão, do ponto de vista do que importa para o povo da cidade de São Paulo, é que já está garantido, no atual contrato, que vai ser universalizado até 2029. É uma falácia que é necessário privatizar para se universalizar até 2029. Isso já está garantido no atual contrato.

Se diz que o estado e o município vão ter vantagens econômicas. Na verdade, o que está se dando é um contrato, uma ampliação de 20 anos de um contrato, em que o município não vai receber nada mais por isso, ou vai receber migalha, segundo o PowerPoint, por enquanto. Porque, por enquanto, está no nível de PowerPoint, não está escrito em lugar nenhum.

Só para vocês terem uma ideia, o Ourinhos, há umas três semanas, licitou a outorga do município, que tem 103 mil habitantes, por 275 milhões. Agora, coloquem isso na cidade de São Paulo, com algo em torno de 100 vezes maior, um número 100 vezes maior de habitantes, quanto vale uma outorga de 20 anos para operar o serviço municipal aqui em São Paulo?

De todos os pontos de vista, é um péssimo negócio para o povo de São Paulo e para o município de São Paulo se privatizar a Sabesp. Coloca em risco o serviço que já está em curso, que vai ser universalizado até 2029, sem a necessidade de privatização.

Agora, para concluir, eu acho que é importante que a gente faça, de fato, o debate com a população. E eu conclamo aqui os movimentos sociais, o Sintaema vai estar à disposição disso, o movimento sindical, para que a gente leve esse debate lá para as bases dos Vereadores, porque é importante que a população da periferia saiba a posição do seu Vereador que está colocando aqui, que está colocando em risco a saúde da sua família e do seu povo, porque água e saneamento são saúde, não é mercadoria. Não à privatização.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Muito obrigado, Sr. Faggian. Próximo inscrito, é o sempre Vereador Laércio Benko. Com a palavra, Vereador, por três minutos.

O SR. LAÉRCIO BENKO - Boa noite a todos. Cumprimento à mesa na pessoa do Sidney Cruz, meu amigo, nobre Vereador. Quero começar com uma frase do ex-Deputado Federal que eu admiro muito, o jornalista Fernando Gabeira: Vamos supor que o mundo existe.

Eu fui presidente da CPI da Sabesp, em 2014, no auge da crise hídrica. Neste plenário, eu, como presidente da CPI, inquirindo a Dilma Pena, que era então presidente da Sabesp. Durante a oitiva, ela acabou dizendo que não poderia fazer as obras contra os vazamentos que estavam acontecendo, que geravam desperdício de água, e não poderia fazer as obras de interligação entre as represas, que seria a grande solução para o problema hídrico, porque ela tinha a obrigação de distribuir lucros na Bolsa de Valores de Nova Iorque, já naquela época. A Sabesp, infelizmente, hoje, tem quase 40% de suas ações na Bolsa de Nova Iorque. Ou seja, não é nem na Bolsa de São Paulo. É na Bolsa de Nova Iorque.

Então, ela disse: “Eu não posso fazer as obras, porque tem que sobrar dinheiro em caixa para distribuir o lucro.” Isso chegou ao ouvido do então Governador Geraldo Alckmin, que a demitiu. Ela saiu daqui, da sessão da CPI, demitida, e, a partir daquele momento, o então Governador Geraldo Alckmin parou de distribuir esses lucros e conseguiu fazer a interligação dos quatro grandes sistemas de interligação de abastecimento de água. Ele interligou o Cantareira com o Rio Grande, o Rio Grande com o Billings/Guarapiranga e Billings/Guarapiranga com Alto Tietê. Os quatro estão interligados.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 39 DE 53

fls 40

Ou seja, de 2015 para cá, teve muita chuva, teve pouca chuva, teve estiagem, teve tudo, mas não teve racionamento de água. Por quê? Porque o principal investimento que precisava se fazer na Sabesp foi feito, que é a interligação dos sistemas. Então, não tem mais racionamento de água e a população de São Paulo está contente com isso. A população de São Paulo está contente: 82% das pessoas aprovam os serviços prestados pela Sabesp.

Então, para que privatizar uma empresa dessas? Não faz o menor sentido. Privatizar? Você privatiza algo, você concede algo, quando você precisa que a iniciativa privada faça investimentos iniciais. Não há investimento inicial a ser feito na Sabesp, porque, repito, o principal investimento já foi feito, simplesmente por ter ficado dois ou três anos distribuindo um pouco menos de dividendos na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Então, eu queria deixar isso registrado neste momento e, para encerrar, aqui, quero também deixar claro que eu estive, quarta-feira passada, junto com o Deputado Federal Guilherme Boulos, na Agência Nacional de Águas. E estivemos lá com a Veronica Sánchez, que é Presidente da Agência Nacional de Águas, e essa é uma questão federal, porque o Cantareira, se for mal administrado, vai acabar com as bacias hidrográficas do Sul de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Então, nós corremos o risco de fazer algo, aqui, que pode vir a ser tornado nulo por uma decisão que envolva o Governo Federal, por uma decisão que envolva a Justiça Federal, porque nós estamos falando em mais dois estados da federação que estão envolvidos diretamente.

Então, a Presidente da ANA... Ela ficou de interceder junto; de oficiar, aqui, a Câmara Municipal de São Paulo, pedindo a paralisação dos trâmites desse projeto de lei, até que seja discutida tecnicamente dentro da ANA essa questão, e ela vai fazer, também, essa diligência junto ao Tribunal de Contas do Município. E quem quiser anotar, aqui, para cobrar positivamente, ela nos atendeu muito bem, mas vamos mandar um e-mail: presidencia@ana.gov.br. Vou repetir: presidencia@ana.gov.br. Pedindo para que a Agência Nacional de Águas, ligada ao Governo Federal... Para que ela interceda nessa briga, porque essa briga... Se passar o projeto de lei, aqui, na Câmara Municipal, com todo respeito, nobres Vereadores, na Justiça não passará.

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 40 DE 53

Muito obrigado a todos. Fiquem com Deus.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Muito obrigado, nobre Vereador Laércio Benko. O próximo inscrito é o Sr. Amauri Pollachi, do Ondas. Sr. Amauri, com a palavra, por três minutos.

Antes, eu quero registrar a participação virtual do Vice-Presidente desta Casa, o nobre Vereador João Jorge, e da nobre Vereadora Dra. Sandra Tadeu.

A SRA. DRA. SANDRA TADEU – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Com a palavra, por três minutos, Sr. Amauri.

O SR. AMAURI POLLACHI – É um prazer estar de novo aqui, no Plenário 1º de Maio, Vereador Sidney Cruz. Estive aqui sob a sua presidência, na Comissão Especial que discutia a questão da Sabesp. Infelizmente, o relatório final da Comissão foi praticamente um *release* da... Escrito pela Secretaria de, pela Semil. É, praticamente, uma cópia dos relatórios que nós vimos, aí, da Semil, e não foram absorvidas muitas das falas que nós fizemos aqui – inclusive, a minha fala naquela segunda sessão, se não me engano, da Comissão.

Primeiro, eu queria dizer o seguinte: o município de São Paulo não pode ser enganado por um conto do vigário. Secretário Fernando Chucre, dizer que o comitê gestor irá continuar é, para mim, um conto da carochinha. Não há outra expressão. O comitê gestor será formado paritariamente entre município e estado – no entanto, para quê? Para decidir planejamento, decidir investimentos na cidade de São Paulo? Só que não. O estado não vai ter poder nenhum na Sabesp privatizada. Vai ter poder, segundo a legislação estadual, para decidir, para impedir a mudança de nome, para impedir a mudança de sede e impedir que a Sabesp deixe de trabalhar com água e esgoto. Pífio, ridículo, isso...

Então, Secretário Fernando Chucre, eu creio que foi um engano. O comitê gestor é... A partir do momento em que houver a privatização da Sabesp, ele deixa de ter razão de ser. Vai ser só uma reunião bimestral para tomar um café, comer umas bolachinhas, um sanduíche, alguma coisa assim, mas, para decidir investimentos na cidade de São Paulo, não vai ter poder

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 41 DE 53

nenhum, porque o estado não vai ter poder sobre a Sabesp privatizada. Não vai poder definir investimentos.

O estado vai ficar lá, com uma participação minoritária em conselho de administração – 80% do conselho de administração estará na mão de investidores – e aqui foi dito: uma parte desses investidores, inclusive, já está sentada na cadeira de diretores da Sabesp. Por quê? Diretores da Sabesp estão lá e trabalharam em empresas que estão sendo listadas como interessadas na aquisição da empresa. A porta giratória funciona muito bem. Diretores que trabalharam na IG4, na Iguá, gente que hoje está dentro da Sabesp e obtendo informações privilegiadas, para quê? Para estar a serviço de quem lhes paga regimento. Diretores que hoje “cupinizam” a Sabesp, porque, como o Faggian disse, a Sabesp está sendo destruída por dentro.

Então, diria que, Secretário Fernando Chucre, infelizmente, houve um engano muito, da sua parte, a respeito de trazer grandes novidades, como diria o Cazuza, aqui. É um festival de grandes novidades que não existem. Quando se fala em fazer investimentos de 20% daquilo que a Sabesp arrecada, aqui, na cidade de São Paulo, isso já é feito hoje e, para atingir a universalização em 2029, isso já teria que ser feito. Então, dizer que vai investir 20% até 2029 não é novidade. É nada. É simplesmente cumprir aquilo que está, hoje, no contrato vigente. Não há nenhuma novidade.

E eu queria dizer o seguinte, também: o Plano Municipal de Saneamento – e, aí, para concluir, Presidente Sidney Cruz, o Plano Municipal de Saneamento... Está sendo, agora, contratada uma atualização. É uma inversão total da fórmula. Para se fazer planejamento, é preciso, primeiro, respeitar o planejamento que existe no município. Ele já existe. Existe um Plano Municipal de Saneamento. A área atendível, inclusive, no contrato vigente, é, sim, todo o município, exceto as áreas que têm proteção ambiental. Todo o município já é área atendível. É mais uma grande novidade que é trazida aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Por gentileza, a conclusão...

O SR. AMAURI POLLACHI – E, para fechar, então, Sr. Presidente, é dizer que o Plano Municipal de Saneamento deveria ter sido... Se necessária a atualização, deveria ter sido

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 42 DE 53

precedido a esse processo e o plano regional que acompanha o processo da URAE é, sim, falso. Não tem referência. Não tem base.

A gente fez uma comparação e, inclusive, passou, aqui, para os Vereadores a diferença brutal que existe entre os dados que estão no tal do Anexo II, que é um anexo *fake*. É uma montagem que, se tirar o nome de São Paulo e colocar ali São Manuel, é quase tudo a mesma coisa. Não tem muita diferença, não, mas, ali, os números dizem que seria necessário, para se fazer a universalização da água seriam necessárias 410 mil ligações. Na verdade, é preciso 244 mil ligações para universalizar a água até 2029, considerando que eu tenho um crescimento vegetativo. Embora São Paulo esteja num decréscimo demográfico, em termos de taxa de crescimento demográfico, para atingir a universalização eu precisaria só de 244 mil ligações e, lá, no Anexo II, estão 410 mil. Então, isso já dá uma demonstração...

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Sr. Amauri, por gentileza, eu preciso que o senhor encerre a fala.

O SR. AMAURI POLLACHI – Para encerrar, para dar uma demonstração de que os dados, esses 84 milhões que estão no plano aí colocado estão absolutamente inflados. São *fake*. É mais uma enganação sobre o município de São Paulo e a Câmara de Vereadores não pode ser enganada dessa forma, com um conto do vigário que está sendo colocado pelo estado.

Muito obrigado.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Muito obrigado, Sr. Amauri. A próxima oradora é a Sra. Fernanda Cabral, que é ativista pelo saneamento, PSB – São Paulo. Peço, por gentileza, para respeitar os três minutos regimentais. Com a palavra a Sra. Fernanda Cabral.

A SRA. FERNANDA CABRAL – Obrigada. Boa tarde a todas e todos. Quero cumprimentar a Mesa, dizer que ainda bem que esse debate chegou no município, porque é no município que as coisas acontecem. A vida concreta acontece e é onde as discussões ficam mais próximas da população.

Eu tenho algumas preocupações, primeiro enquanto cidadã e enquanto ativista. Eu

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 43 DE 53

venho lá do Sítio de Jaraguá, região Noroeste de São Paulo, e como ativista a gente acaba percorrendo os territórios e vendo onde o saneamento não está chegando e o impacto que isso tem na vida e na saúde das pessoas.

Então, estamos nesta tarde, quase noite, discutindo sobre algo que é tão caro, porque a gente sabe onde isso dói. Quero aqui dizer que nesse processo sou contrária, fui contrária nas audiências que acompanhei pela Alesp no ano passado e continuo contrária agora em relação ao município. Gostaria, de verdade, que os senhores e as senhoras colocassem a mão na consciência e lessem novamente esse projeto, porque ele não diz respeito à vida das pessoas. Ele está muito longe. Ele gira num tempo que é um tempo do dinheiro e não é o tempo da vida das pessoas. Esse é um fator que eu queria trazer.

Historicamente, eu como ativista, comecei a pesquisar a história do saneamento em São Paulo, percebemos que nunca foi prioritário. A gente tem uma máxima de que tubo não dá voto, cano não dá voto e governo após governo, a gente nunca teve saneamento como algo de fato que impactasse a vida das pessoas. Isso num sentido público, e aí eu pergunto para vocês, no privado, será que ele vai ser levado como prioritário? Essa é uma das grandes preocupações que nós temos. Com certeza não. Porque estamos falando, sim, de lucro, e nos preocupa isso, de algo que é tão essencial para todos os dias. Quando estamos falando de saneamento, estamos falando de pobreza multidimensional, de impacto de vidas de adolescentes, de pobreza menstrual. Estamos falando de pessoas que não têm como lavar a sua própria louça. Então, assim, é algo que nos preocupa profundamente.

E aí, também, trazendo um pouco da complexidade do saneamento, que não fica só restrito à água, precisamos entender que o saneamento ambiental interfere no esgotamento sanitário, nos nossos resíduos, inclusive, São Paulo é um dos maiores geradores de resíduos da América Latina, e estamos falando também das mudanças climáticas, e aí eu vou para o quarto serviço que é importante, inclusive para as periferias de São Paulo, que é a drenagem urbana. Estamos falando de enchente, de pessoas que perdem sofá, geladeira, ano após ano, e nada é feito.

Para finalizar a minha fala, quero demonstrar essa preocupação, porque serão sete audiências, não é? Então, nós temos muito tempo ainda para conversar, na verdade, pouco tempo, do ponto de vista, porque precisamos que essas audiências cheguem até a população. Inclusive, Vereador Sidney, deixo aqui registrado a importância de fazermos nos territórios. Não dá para deixar só lá na Represa Billings e na zona Leste. A gente precisa que chegue no Jaraguá e em outras regiões, que chegue no Centro, enfim, todo mundo mobilizado, com a maior participação social possível. Porque nós somos contrários a essa privatização, porque sabemos que não tem ganho efetivo para a população.

Agradeço a oportunidade de estar aqui falando e dizer que a gente está falando, então, de combate à pobreza - vou reiterar aqui - de saúde pública e sobre manutenção da vida das pessoas. Obrigada. (Palmas)

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Próximo orador, Sr. Ronaldo Coppa, representante dos empregados do Conselho de Administração da Sabesp.

O SR. RONALDO COPPA - Boa tarde a todas e todos. Saúdo todo o público presente, Secretário Fernando Chucre, que aprendemos a respeitar como técnico, como funcionário da Sabesp.

Quero fazer um primeiro alerta. Estamos há um mês e meio discutindo o projeto de lei, Vereador Sidney Cruz, e tudo que apareceu aqui no PowerPoint do Secretário tem que estar no projeto de lei. É inadmissível que esta Casa faça audiências públicas em cima de um projeto de lei que não existe. Ele foi substituído agora pelo PowerPoint. Então, esse processo precisa ser considerado de fato. Coloque o PowerPoint no projeto de lei, para que a gente possa discutir coisas concretas, Secretário, senão fica difícil.

Mas vamos ao PowerPoint. Falar que vai dobrar o investimento na cidade de São Paulo, Secretário, todos nós sabemos - eu estou há 44 anos na Sabesp - que até 2029 os investimentos na cidade teriam que dobrar para atingir as metas do atual contrato. Isso é uma falácia, falar que vai dobrar o investimento. Vai ter que dobrar mesmo. O senhor, como

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 46

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 45 DE 53

Secretário, deveria estar atento, e a população deveria estar atenta, por que o município, que gera 46% de tudo que a empresa arrecada, tem o maior déficit em termos de universalização do Estado. Então, essa já é uma questão.

Vamos falar da questão dos precatórios. Precisa definir. O senhor falou que talvez isso esteja em discussão. Eu vou lembrar ao senhor que o município tem outras pendências judiciais com a empresa, muito maiores do que 1,2 bi. Certo? E que precisa estar definida, porque como foi falado aqui, depois que privatizar, não adianta o termo de compromisso lá que vai envidar esforços. A iniciativa privada vai ligar muito por envidar esforços.

A outra questão que é chave para o negócio, e que não foi falado aqui, é que no contrato atual todos os investimentos feitos pela empresa durante o contrato, em 2040, estariam totalmente amortizados. O senhor, no PowerPoint, falou que a amortização dos investimentos no prazo do contrato, garantida a modicidade tarifária. O que é isso, Secretário? É uma mudança radical do que está colocado no contrato atual.

Por isso que eu vou enfatizar a necessidade de pararmos esse processo e colocar no projeto de lei tudo o que o senhor falou aqui. Porque isso pode ser um grande golpe no município e na população do município. Falar que o que está no PowerPoint está valendo, deixa a gente, como munícipe, extremamente inseguro, Secretário. As coisas precisam estar no papel. E mesmo no papel, sabemos da dificuldade de quem só visa lucro, cumprir. E é isso que a gente vai viver aqui. Vamos viver debaixo de uma empresa que vai ter foco único, exclusivamente no resultado.

E só lembrar o Secretário que o principal resultado da empresa está no nosso município. Não, a privatização da Sabesp.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Muito obrigado, Sr. Ronaldo. O próximo inscrito é o Sr. Cid Barbosa Lima Júnior, representando a Associação dos Especialistas em Saneamento.

O SR. CID BARBOSA LIMA JÚNIOR – Sr. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Vereadores, senhores e senhoras. Eu gostaria de ler rapidamente um texto que eu escrevi.

Sempre que um governante expõe uma promessa, acreditamos que ele terá vontade política para implementá-la. O carioca Tarciso de Freitas, eleito para o Governo de São Paulo com a indicação do Bolsonaro, explicitou sua determinação de privatizar, não só a Sabesp, mas a EMAE, a CPTM, o Metrô, São Paulo inteiro. Demonstra vontade política com as suas ações desde janeiro de 2023. Não só nomeou um ex-Diretor da Iguá Saneamento e ex-funcionário do BNDES, entidade que no governo anterior, Governo Bolsonaro, financiou muito as privatizações, o Sr. André Salcedo, para Presidente da Sabesp, como cooptou alguns profissionais da empresa para auxiliá-lo nesse intento.

Um dos atos mais indicativos foi a promulgação, em 11 de janeiro do ano passado, do Decreto 6.743, que instituiu o PPI, Programa de Parcerias de Investimentos, e das providências correlatas. No artigo 2º, inciso IV, assegura estabilidade jurídica na parceria com o setor privado, visando atraí-lo. No final de 2023, o Governo consegue aprovar um PL que contraria a Constituição do Estado de São Paulo. E, como disse uma companheira que me antecedeu, está lá no Supremo e será julgado. E todos, todas as entidades que aprovarem, eventualmente, essa coisa, ficarão desacreditadas perante a população. Isso num ano eleitoral, não esqueçamos.

Essas medidas todas vão na contramão do que ocorre no resto do mundo, que agora contraria o neoliberalismo, criador da miséria e propagador da pobreza nas populações, remunicipalizando as companhias de saneamento. Segundo o Observatório Corporativo, em 15 anos, de 2000 a 2015, os serviços de saneamento básico foram remunicipalizados em 235 cidades, de 37 países. Já em 2016 e 2017, foram 32 novos casos. Dentre eles, destacamos Paris, Berlim e, mais recentemente, Setúbal, que é em Portugal. A totalidade desses remunicipalizados alega falta de investimentos, má qualidade e custo alto para os usuários. Naturalmente, no capitalismo, o lucro é o mais importante e o determinante. É lógico, o que esperar de um monopólio? Porque o serviço de saneamento é um monopólio, gente. O preço vai lá para cima da conta. Quem pagará essa conta? Os Srs. Vereadores, as Sras. Vereadoras? A população é que vai pagar essa conta. No Brasil, com o apoio do financista Paulo Guedes e do

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 47 DE 53

BNDES, sim, o dinheiro do povo brasileiro, e no apagar das luzes do governo anterior, privatizou a Cedae do Rio de Janeiro. O que aconteceu com a conta? Em um ano, subiu 100%.

O neoliberalismo, para concluir, decadente do Guedes veio para São Paulo com o Tarcísio e sua intenção é clara, ganhar apoio no mercado para obter recursos na sua futura candidatura à presidência da República. O que nos resta dizer é água não é mercadoria, água é vida. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Muito obrigado, seu Cid. A última oradora, para encerrarmos a audiência pública. Logo após, eu passo a palavra ao Vereador Celso Giannazi e para as conclusões finais do Secretário Executivo Fernando Chucre.

Mayara Torres, por gentileza, três minutos, a senhora está com a palavra.

A SRA. MAYARA TORRES – Boa tarde a todos, todas, todas as pessoas presentes, cumprimento os Vereadores aqui desta Casa. Eu me chamo Mayara Torres, trabalho com a Deputada Tabata Amaral já há algum tempo. Há três anos nós temos nos envolvido com as questões de saneamento, especificamente com relação a uma questão que são os cortes de água que acontecem durante a noite. Principalmente nas periferias.

Eu não sei se a Prefeitura sabe, mas milhares de pessoas, principalmente na cidade de São Paulo, na região metropolitana toda, mas principalmente na cidade de São Paulo, sofrem com cortes de água durante a noite. Isso prejudica muito a vida das pessoas e nós temos tentado dialogar com a Sabesp, com todos os órgãos que se relacionam com essa pauta para a resolução dessa questão. E aí eu trago essa questão porque venho questionar os Vereadores se a Prefeitura tem alguma garantia de se, no modelo de privatização adotado, esse problema vai ser resolvido.

A gente nota, foi citado aqui o Anexo 2 do contrato que foi proposto, e lá a gente vê um copia e cola, como foi apontado pelo colega. A gente vê um copia e cola e a gente não tem marcos físicos de para onde o dinheiro que vai vir para a Prefeitura de São Paulo vai. Onde vai ser investido? O que vai ser resolvido? Essa questão vai ser resolvida? Inclusive o próprio Presidente desta Casa reconheceu aqui, em uma das suas falas no Colégio de Líderes, que é

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 48 DE 53

necessário a realização de um estudo independente, porque não há evidências de que o modelo de privatização adotado privilegia, é vantajoso para o município de São Paulo.

Então eu trago aqui esse questionamento: qual é a evidência de que o modelo de privatização adotado vai ser vantajoso para o município de São Paulo, e trago aqui outras conclusões também. O processo foi sim atropelado, o processo foi acelerado e nós precisamos garantir a participação popular das pessoas. Foi falado aqui de descentralizar a realização das audiências públicas. Isso é muito importante. As audiências públicas deveriam estar sendo realizadas nas Subprefeituras, com a ampla participação da população.

Então essas são as questões que eu trago aqui, endosso a fala de vários colegas que vieram levantar pontos muito importantes, e é isso. Não à privatização. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Muito obrigado, Sra. Mayara Torres. Nós ouvimos todos os inscritos. Passo a palavra agora para o nobre Vereador Celso Giannazi, depois para o Secretário, para as considerações finais.

O SR. CELSO GIANNAZI – Boa noite, boa noite a todas, boa noite a todos que estão nos acompanhando aqui de forma presencial, de forma *on-line*. Gostaria de cumprimentar o Presidente desta sessão, o Vereador Sidney Cruz; minha colega Silvia Ferraro; o Secretário Chucre, aqui também, e todos vocês, trabalhadores, que estão presentes; os movimentos sociais, que muito falaram – e falaram muito bem –, apontaram vários problemas que a gente vê nesse processo todo, a começar, a gente está falando de uma política de estado, algo estratégico. A água é uma política de estado estratégica. A gente não deveria estar discutindo uma privatização da água na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo. Esse é o começo da história.

Depois a gente começa a ver a ação do Prefeito Ricardo Nunes ao aderir às URAEs aqui no município de São Paulo, no estado, acabando com a autonomia, abrindo mão da autonomia do município. Já foi, já tem julgado da Procuradoria-Geral da República. Agora, recentemente, o Ministério Público se manifestou favorável a uma ação popular, dizendo que a adesão do município, que o Prefeito Ricardo Nunes abriu mão da autonomia do município. A

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 50

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 49 DE 53

PGR já disse que isso é inconstitucional, tem um ADI correndo, sendo julgada, e o Ministério Público se manifestou também em uma ação popular, dizendo que isso é inconstitucional, porque a competência para tratar de água, saneamento básico, é dos municípios e do Distrito Federal.

O Prefeito Ricardo Nunes, em uma ação eleitoreira, a gente sabe disso, é uma ação eleitoreira para agradar o Governador Tarcísio, do qual ele precisa o apoio aqui na eleição, vendeu a cidade de São Paulo, entregou a autonomia da cidade de São Paulo, entregando a Sabesp, fazendo essa discussão da Sabesp.

A gente olha os números da Sabesp, gente, em 2021 a Sabesp teve um lucro líquido de 2,3 bilhões de reais; em 2022, 3 bilhões de reais; em 2023, ano passado, a Sabesp teve um lucro líquido de 3,5 bilhões de reais, então, em relação a 2021, são 52% de aumento no lucro líquido, sendo a cidade de São Paulo a responsável por 46% desse lucro. Então, é uma empresa conceituada com lucro desse porte. Qual a razão de mexer em algo que está dando lucro, e muito lucro? Por que é que o Governador quer privatizar a Sabesp?

Passou um projeto na Assembleia Legislativa com truculência, com bomba, com cassetetes em cima das pessoas, dos Deputados lá, um processo totalmente truculento. Espero que isso não aconteça também na Câmara Municipal, e esse debate vem para a Câmara Municipal.

Todos vocês puderam acompanhar a publicação de uma pesquisa feita agora, publicada hoje, uma pesquisa dizendo que 52% dos paulistas são contra a privatização. Agora, quando a gente fala, pega esse número e abre, para a cidade de São Paulo, 61% da população é contra a privatização, porque nós estamos assistindo aqui o que aconteceu e o que está acontecendo com a Enel, com a energia elétrica. É o mesmo modelo. A gente não vai deixar; mas, se no futuro se isso prosseguir, vai acontecer com a água também.

A população está dizendo que não quer a privatização da água na cidade de São Paulo, e estamos fazendo uma discussão desse projeto de lei que chega à Câmara Municipal. Somos 55 vereadores em final de mandato, nós temos apenas oito meses de mandato aqui na Câmara Municipal. Então, não é razoável que, em oito meses, 55 vereadores e um prefeito que

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 50 DE 53

estão num processo eleitoral decidam algo tão importante, algo tão fundamental como a privatização da água na cidade de São Paulo.

Inclusive as bancadas do PT e do PSOL apresentaram um projeto para a realização de um plebiscito. A população precisa ser ouvida. (Palmas) A população precisa decidir se quer ou não a privatização.

- Manifestação do público.

O SR. CELSO GIANNAZI – Essa decisão da população, a gente até sabe. Aqui já há uma das pesquisas. O Governo deveria fazer outras pesquisas, encomendar pesquisas de vários institutos, pesquisas sérias apontando o que quer a população de São Paulo. E aí, depois de um processo democrático, ouvida a população, aí sim, os Vereadores, que são representantes da população, poderão se debruçar e votar depois do plebiscito, depois de passar esse processo.

Não dá para fazer isso ao atropelo, como fez o Governador Tarcísio, que está só privatizando não só a água, mas hospitais e escolas. É uma sanha privatista do Governo do Estado que a cidade de São Paulo não pode admitir.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Concluindo, Vereador.

O SR. CELSO GIANNAZI – Já concluindo, os paulistanos e as paulistanas não querem a privatização da água na cidade de São Paulo. E aí, o Prefeito Ricardo Nunes precisa ouvir a população. Não dá para passar o trator aqui também, como o Governador Tarcísio fez na Assembleia Legislativa. Então, há que se fazer um plebiscito. A população exige um plebiscito, que ela seja ouvida e que barremos essa privatização.

Não, não, não; não à privatização. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Muito obrigado, nobre Vereador Celso Giannazi. Encerramos as falas.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Eu ouvi atentamente todas as falas.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Ouvi atentamente todas as falas nesta Casa.

Vejo que a importância da participação popular. A quem conhece um pouco da minha trajetória nesta Casa, tive a oportunidade de ser o relator do Orçamento por dois anos consecutivos e apresentei uma proposta: descentralizamos as audiências públicas. E fizemos – viu, Laércio Benko? – um maior número de audiências públicas, dialogando com a sociedade civil na construção do Orçamento da nossa cidade. Então, sou um adepto da participação popular e não acredito na construção de políticas públicas sem ela.

Quero apenas mencionar alguns pontos que foram levantados hoje. Com relação à apresentação do Secretário-Executivo, Fernando Chucre, todas essas informações estão chegando à Casa. Um projeto, quando tramita na Câmara Municipal e também nos demais parlamentos do país, tem até a sua votação para a elaboração de um substitutivo, o qual é submetido a duas votações.

Então, essas informações, esses avanços chegaram e eles vêm ao encontro do relatório aprovado. E, com o máximo respeito - não sei quem falou -, não foi um relatório do tipo “copia e cola”. Acompanhei o relator, Vereador Rubinho Nunes, na construção desse relatório. Foi um relatório dentro do que a Comissão entendeu como avanços necessários em relação a esse tema no município.

A cidade de São Paulo é um dos 375 municípios e corresponde a 40% de todo o faturamento da Sabesp. Infelizmente, lamentavelmente, em nossa cidade ainda há 3,3 milhões de ligações da Sabesp, o que corresponde a cerca de 1 milhão de pessoas que não recebem nem coleta, nem tratamento de esgoto, nem fornecimento de água.

Dentro deste contexto, nós temos as áreas rurais e comunidades que, infelizmente, não conseguem receber esse fornecimento por impedimentos da legislação atual. Em relação a isso, estamos até fazendo um debate nesta Casa para reconhecer as áreas de ZEPAM, que são áreas já consolidadas, para a gente regularizar as áreas consolidadas nas franjas da cidade, especialmente no entorno das duas represas, Billings e Guarapiranga, que são represas importantes que fornecem a água para a cidade e para parte da Grande São Paulo.

Ouvi, na apresentação do Secretário, essa antecipação de 3% do FMSAI, que seria

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 52 DE 53

para investimento na reurbanização de mananciais e construção de habitação de interesse social. Inclusive há algumas áreas em que a gente precisa resolver o problema, e resolver o problema não é somente tirar as famílias de onde estão; porque uma vez que essas áreas já estão consolidadas – e se já estão consolidadas é porque deixaram –, nós não podemos ignorar essa consolidação.

Assim, o momento da discussão é este. Quero dizer que teremos mais quatro audiências públicas e acredito que faremos outras. Eu dialogava com a Vereadora Silvia, que está solicitando uma audiência pública. Em qual região, Silvia? (Pausa) Heliópolis. Teremos audiências nos territórios durante esse processo legislativo. Então, teremos mais seis, sendo sete no total. (Pausa) Guarapiranga, Parelheiros, é verdade. No Colégio de Líderes, nós tínhamos decidido por sete audiências públicas.

Nas audiências públicas, nós tivemos alguns temas importantes tanto quanto o tema privatização da Sabesp nesta Casa. E nós tivemos audiências públicas em que conseguimos exaurir o tema, tanto que a Oposição – que se encontra presente – judicializou. Em várias ações, foram definidas as liminares com fundamento na falta de debate do tema. Então, por analogia, eu posso garantir a vossas senhorias que por falta de debate esta Casa não pecará.

Quero passar a palavra ao Secretário Executivo para as considerações finais.

O SR. FERNANDO BARRANCOS CHUCRE - Obrigado, Vereador. Já que várias pessoas aqui citaram - com razão -, quero dizer que os dados do PowerPoint não configuram documento técnico. Vamos anexar mais tarde, Vereador. É compromisso nosso anexar até quarta-feira, porque a gente estava só fazendo a revisão de texto, um anexo técnico. Porque, nos últimos meses, o que foi feito com a gente não foi uma discussão superficial, vamos chamar assim, sobre o contrato de maneira geral.

Várias questões foram levantadas por parte do Executivo Municipal com relação a esse contrato. A Sabesp respondeu e teve um processo de negociação. A gente pode discutir se o processo de negociação poderia avançar ou pode avançar ainda na Câmara ou não, mas a gente vai anexar um documento técnico que vai servir de embasamento para um melhor

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 54

REUNIÃO: 20601 DATA: 15/04/2024 FL: 53 DE 53

entendimento do ponto até onde nós chegamos na negociação até agora. Isso está bastante claro nesse documento, e eu me coloco aqui à disposição pessoalmente para esclarecer qualquer dúvida com relação a isso.

Esse documento, Vereador, eu acho que vai também, de certa maneira, formalizar e oficializar essa posição de todo esse processo de negociação que houve; e eu me comprometo a entregar até quarta-feira, está o.k.?

Muito obrigado e continuo à disposição, como sempre, para qualquer dúvida, qualquer questionamento que seja feito por qualquer um da sociedade civil ou da Câmara dos Vereadores. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Antes de encerrar, eu gostaria de ressaltar novamente, já falei a respeito, que esses avanços, esses pontos que foram apresentados são frutos do diálogo desta Casa com o Executivo e com o Governo do Estado após os trabalhos da Comissão Especial de Estudos.

Portanto, nada mais havendo para ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Obrigado.